

# **1 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**

## **2 ATA 27/2010**

### **3 DATA:16 DE DEZEMBRO DE 2010**

4 Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, às 18h30min, no  
5 auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, situado na Avenida  
6 Loureiro da Silva, nº 325, reuniu-se, em sessão extraordinária do Plenário, o Conselho  
7 Municipal de Saúde de Porto Alegre. **O SR. OSCAR PANIZ (Vice-Coordenador do**  
8 **Conselho Municipal de Saúde):** No uso das atribuições que me são concedidas pelas  
9 Leis 8080, de setembro de 1990, 8142/90, de dezembro de 1990, pelo Decreto Lei  
10 277/92, de maio de 1992, e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado em julho  
11 de 2008, declaro aberta a sessão ordinária do Plenário do dia dezesseis de dezembro  
12 de 2010, tendo como proposta de pauta o seguinte: **1) Abertura. 2) Apreciação da Ata**  
13 **25. 3) Faltas Justificadas:** Ione Terezinha Nichele, Maria Letícia de Oliveira Garcia,  
14 Rejane Haidrich, Lindsley Larson, José Antônio dos Santos, Pedro Luís da Silva  
15 Vargas; Roger dos Santos Rosa. **4) Pareceres – a) 064/10 - Plano Municipal de**  
16 **Atenção à Saúde da População Prisional; b) 065/10 - Prestação de contas da 23ª etapa**  
17 **do Programa Nota Solidária – Hospital Espírita; c) 067/10 - Plano de Aplicação da 24ª**  
18 **etapa do Programa Nota Solidária do Hospital Parque Belém; d) 068/1 - Plano de**  
19 **Aplicação da Emenda Parlamentar, do Dep. Fed. Mendes Ribeiro Filho – HMIPV; e)**  
20 **069/10 - Plano de Aplicação da Emenda Parlamentar, do Dep. Fed. Darcísio Perondi –**  
21 **HMIPV; f) 070/10 - Plano de Aplicação da Emenda Parlamentar, da Dep. Fed. Luciana**  
22 **Genro – HMIPV; g) Parecer AT 03/10, de autoria do Ver. Dr. Raul. 5) Informes: a)**  
23 **Reunião de confraternização e sessão de cinema – divisão de tarefas; b) Calendário de**  
24 **reuniões ordinárias 2011; c) Reunião da Comissão de Fiscalização – Resolução; d)**  
25 **SETEC – Resolução sobre prestação de contas dos projetos aprovados; e) IMESF –**  
26 **Terres. 6) Pauta: Saúde Prisional. Presentes os seguintes Conselheiros Titulares:**  
27 **1)Carlos Eugênio Schuch Colvara; 2)Carlos Henrique Casartelli; 3)Clarissa**  
28 **Bassin; 4)Djanira Correa da Conceição; 5)Elen Maria Borba; 6)Flavio Becco;**  
29 **7)Heverson Luis Vilar da Cunha; 8)Isis Azevedo da Silveira; 9)José Carlos Silveira**  
30 **Vieira; 10)Lúcia Bublescki Silveira; 11)Luigi Passeto Neto; 12)Márcia Regina**  
31 **Nunes; 13)Maria Angelica Mello Machado; 14)Maria Encarnacion Morales Ortega;**  
32 **15)Maria Hisami Torii; 16)Maria Ivone Dill; 17)Milton Santos;18)Mirtha da Rosa**  
33 **Zenker;19)Palmira Marquesda Fontoura; 20)Paulo Goulart dos Santos; 21)Rafael**  
34 **Vicari dos Santos; 22)Silva Giugliani;23) Sônia Regina Coradini;24)Tânia Ledi da**  
35 **Luz Ruchinsque. Conselheiros Suplentes Presentes: 1)Alberto Moura Terres;**  
36 **2)Ana Maria Araújo Cirne; 3)Fernando Ritter; 4)Karen Oliveira Furlaneto;**  
37 **5)Marcelo Bosio; 6) Maria Noelci Teixeira; 7)Masurquede de Azevedo Coimbra;**  
38 **8)Oscar Paniz; 9) Sandra Helena G. Silva; 10)Sérgio Marques. Colocamos em**  
39 **votação a Ata 25/2010. Os (as) conselheiros (as) que a aprovam se manifestem**  
40 **levantando o crachá. (Pausa) 14 votos a favor. Os (as) conselheiros (as) que não**  
41 **aprovam a ata 23/2010 se manifestem levantando o crachá. (Pausa) Nenhum voto**  
42 **contra. Abstenções? 01 abstenção. APROVADA a ata 25/2010. Passemos ao ponto**  
43 **que são os pareceres. Hoje temos sete pareceres, sendo que um deles trata da pauta**  
44 **principal, que é Saúde Prisional. Estamos esperando a Dra. Cynthia, do Ministério**  
45 **Público. A nossa idéia é apresentar os pareceres, a Saúde Prisional e depois os**  
46 **informes. Em relação ao ar condicionado, devo informar que está com problema.**  
47 **Fomos informados que há dois aparelhos comprados e como o pessoal da manutenção**  
48 **está com bastante serviço não conseguiu vir aqui ainda. Vamos passar ao parecer**  
49 **065/10, do Hospital Espírita de Porto Alegre. A Sra. HELOISA ALENCAR (Assessora**  
50 **Técnica do Conselho Municipal de Saúde):** Parecer 065/10 - Prestação de Contas  
51 da 23ª etapa do Programa Nota Solidária – Hospital Espírita. (Lê.) **O Sr. OSCAR**  
52 **PANIZ (Vice-Coordenador do Conselho Municipal de Saúde):** Algum  
53 **esclarecimento? Como não há dúvidas, vou colocar em votação. Em votação o Parecer**  
54 **065/10 - Prestação de Contas da 23ª etapa do Programa Nota Solidária do Hospital**  
55 **Espírita. Os(as) conselheiros(as) que a aprovam se manifestem levantando o crachá.**

56 **(Pausa) APROVADO por UNANIMIDADE o Parecer 065/10 - Prestação de Contas**  
57 **da 23ª etapa do Programa Nota Solidária do Hospital Espírita. A Sra. HELOISA**  
58 **ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho Municipal de Saúde):** Parecer 067/10 -  
59 Plano de Aplicação da 24ª etapa do Programa Nota Solidária do Hospital Parque  
60 Belém. (Lê.) **O Sr. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de Saúde):**  
61 Algum esclarecimento? Não havendo dúvidas, passo à votação. Em votação o Parecer  
62 067/10 - Plano de Aplicação da 24ª etapa do Programa Nota Solidária do Hospital  
63 Parque Belém. Os(as) conselheiros(as) que a aprovam se manifestem levantando o  
64 crachá. (Pausa) **APROVADO por UNANIMIDADE o Parecer 067/10 - Plano de**  
65 **Aplicação da 24ª etapa do Programa Nota Solidária do Hospital Parque Belém.**  
66 Passemos agora aos três pareceres do Hospital Presidente Vargas, que são emendas  
67 parlamentares. **A Sra. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho**  
68 **Municipal de Saúde):** Parecer 068/10 - Plano de Aplicação da Emenda Parlamentar  
69 do Dep. Fed. Mendes Ribeiro Filho – HMIPV. (Lê.) **O Sr. OSCAR PANIZ**  
70 **(Coordenador do Conselho Municipal de Saúde):** O conselheiro Heverson tem um  
71 questionamento sobre recursos humanos. A Sra. Heloísa está me alertando de que  
72 sobre as outras duas propostas também há questionamento. **A Sra. HELOISA**  
73 **ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho Municipal de Saúde):** Quero explicar à  
74 plenária que há dois projetos, pareceres 68 e 69, que são emendas parlamentares para  
75 o mesmo serviço. Portanto, o mesmo questionamento que foi feito sobre este foi feito  
76 sobre outro. O outro, na verdade, são 180 mil reais para obra, para a reforma da área,  
77 e este é para equipamentos. São duas emendas parlamentares: uma de 200 mil reais  
78 para os equipamentos; e outra de 150 mil reais, com 30 mil reais de contrapartida do  
79 Município totalizando 180 mil reais, que é para o mesmo serviço. Apenas que um vai  
80 fazer a reforma e o outro vai comprar os equipamentos. Então, os questionamentos  
81 que foram feitos, para não se repetirem no próximo parecer, são os mesmos. Ao colega  
82 que vai responder as perguntas, estão valendo tanto o parecer 68, quanto o parecer  
83 69. **O Senhor HEVERSON VILAR DA CUNHA (CDS Restinga):** Gostaria de saber a  
84 respeito dessa postura, agora, do Conselho sobre emendas parlamentares. Estou aqui  
85 há mais ou menos oito anos e a postura sempre foi contra a emenda parlamentar.  
86 Todavia, agora, o deputado federal faz uma emenda para o Hospital Presidente  
87 Vargas, e tem mérito, não sou contra a emenda, mas gostaria de saber se a partir de  
88 agora a emenda parlamentar terá peso e tem valor sim para a construção de obra que  
89 seja necessária em Porto Alegre. Eu apresentei uma emenda parlamentar, está no  
90 orçamento da Prefeitura, da Secretaria e todos ignoram. Então, gostaria de saber se  
91 esta prática tem valor legal. Obrigado. **O Sr. OSCAR PANIZ (Coordenador do**  
92 **Conselho Municipal de Saúde):** O teu questionamento é sobre as emendas e não  
93 sobre essa questão do HPV, não é isso? **O Senhor HEVERSON LUIS VILAR (CDS**  
94 **Restinga):** Isso. **O Sr. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de**  
95 **Saúde):** Falando sobre as emendas, há vários conselheiros aqui que são contrários às  
96 emendas parlamentares. Lamentavelmente elas são legais, têm força de lei e não  
97 temos como nos contrapor. O que se pode fazer é não aprovar que o deputado  
98 encaminhe a emenda para quem ele deseje. Não sei se há alguém aqui que queira se  
99 manifestar. **O Sr. CARLOS CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde):** Acho  
100 que há um ano, mais ou menos, discutimos dentro deste Conselho a questão das  
101 emendas parlamentares, fazendo uma proposta para que esse tipo de emenda fosse  
102 discutido aqui. No entanto, isto não resultou em nada. Naquele momento, eu era  
103 Diretor do Hospital Presidente Vargas, o pessoal do Conselho disse que no momento  
104 em que o Conselho não havia conseguido levar adiante a sua discussão estava sim,  
105 qualquer um, liberado para entrar com emenda parlamentar, porque elas existem. Se  
106 não quisermos emendas parlamentares, temos que ver que há todo um recurso desse  
107 tipo de emenda para o Nordeste, para o Interior do Estado e para outras cidades.  
108 Também sou contra emendas parlamentares, mas elas existem. E, se elas existem e  
109 nós não conseguimos fazer com que os parlamentares venham até o Conselho para  
110 discutir conosco, temos que tentar, embora eu seja contra elas. E mais ou menos como

111 o caso da licença prêmio. Eu sou contra a licença prêmio, devo ter umas duzentas para  
112 tirar. Estou exagerando um pouco. Agora sou contra, mas talvez um dia eu venha a  
113 usar. **O Sr. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de Saúde):** No  
114 ano passado, este ano não foi possível, creio que vocês lembram porque a Leticia  
115 registrou, nós entregamos para a Bancada do Estado uma série de reivindicações para  
116 que fossem colocadas na disputa das emendas parlamentares. **A Sra. HELOÍSA**  
117 **ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho Municipal de Saúde):** Foi exatamente  
118 para o orçamento deste ano que está acabando. E casualmente esta emenda que  
119 estamos vendo foi para os parlamentares. Na verdade teve um resultado positivo! Esta  
120 demanda fazia parte da nossa planilha, está lá na nossa planilha de demandas de  
121 obras e investimentos. Encaminhamos e este Plenário aprovou para toda bancada  
122 gaúcha e para os senadores toda a lista de demandas que o conselho estava  
123 encaminhando e entre elas estava a do Plano Diretor do Hospital Presidente Vargas.  
124 Alguém me perguntou como o Deputado Perondi havia esquecido a Santa Casa e  
125 estava enviando dinheiro para o HPV. Provavelmente foi em função do nosso  
126 encaminhamento. Junto a este processo há um ofício que o Hospital encaminhou para  
127 o Deputado pedindo. Provavelmente a emenda que o conselheiro encaminhou tenha  
128 sido para o orçamento municipal. Esta emenda é do orçamento federal. O gestor do  
129 orçamento é quem libera a emenda. O Prefeito de Porto Alegre tem que liberar o  
130 recurso da emenda parlamentar, assim como o Presidente Lula liberou as emendas  
131 dos seus deputados. É uma negociação e é para isso que existe a emenda  
132 parlamentar, a emenda parlamentar é uma moeda política de troca. Donavan temos  
133 questionamentos sobre o projeto e daí talvez tu tenhas que responder para nós a  
134 respeito dos recursos humanos e sobre a questão do cadastramento do serviço junto  
135 ao Ministério, se haverá teto físico-financeiro do Hospital para atender esses  
136 procedimentos de alta complexidade. Este foi o questionamento da SETEC. **O Senhor**  
137 **DONAVAN (Representante do Hospital Presidente Vargas):** Boa-noite. Gostaria de  
138 fazer duas colocações, a princípio. Com referência às emendas parlamentares, quero  
139 dizer que esta é a única maneira que os hospitais, os serviços têm, hoje, de conseguir  
140 esses recursos. Encaminhamos vários projetos para o Ministério e nenhum deles foi  
141 concedido de forma voluntária. Na medida em que o Município encaminhou as  
142 planilhas, quando elas foram atreladas às emendas parlamentares é que esse recurso,  
143 efetivamente, passou a constar do orçamento da União e, agora, vai ser transferido.  
144 Não podemos esquecer que em 2014 haverá a Copa, Porto Alegre é uma das sedes e  
145 também neste ano serão votadas as emendas para 2011, ou seja, mais recursos virão  
146 para o Município em virtude das emendas parlamentares. Com relação à pergunta a  
147 respeito dos recursos humanos devo informar que todos os recursos já existem no  
148 hospital. Uma das emendas se refere à reforma de área física, reforma de 9  
149 consultórios com todos os equipamentos necessários para o desenvolvimento das  
150 atividades do Centro Municipal Integrado de Planejamento Familiar. Hoje o Hospital já  
151 realiza cirurgias de laqueadura e vasectomia e vai ser ampliado o atendimento que está  
152 sendo prestado. Também foi perguntado sobre o teto. Não há teto para o hospital em  
153 virtude de o HPV ser um hospital próprio. Assim, não há transferência de recursos  
154 diretos em virtude desse procedimento realizado. Obrigado. **O Sr. OSCAR PANIZ**  
155 **(Coordenador do Conselho Municipal de Saúde):** Mais algum questionamento?  
156 (Silêncio no Plenário.) Em votação o Parecer 068/10 – Plano de Aplicação da Emenda  
157 Parlamentar do Dep. Federal Mendes Ribeiro Filho – HMIPV. Os (as) conselheiros que  
158 aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) **20 votos a favor. APROVADO**  
159 **por unanimidade o PARECER 068/10. A Sra. HELOISA ALENCAR (Assessora**  
160 **Técnica do Conselho Municipal de Saúde):** O próximo é o Parecer 069/10 – Plano  
161 de Aplicação da Emenda Parlamentar do Dep. Federal Darcício Perondi – HMIPV.  
162 **(É feita a leitura do Parecer.) (Após a leitura.) O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador**  
163 **do Conselho Municipal de Saúde):** Algum esclarecimento? (Silêncio no Plenário.) Em  
164 votação Parecer 069/10. Os (as) conselheiros (as) que aprovam se manifestem  
165 levantando o crachá. (Pausa.) **20 votos favoráveis. APROVADO por unanimidade o**

166 **PARECER 069/10. A Sra. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho**  
167 **Municipal de Saúde):** Parecer 070/10 – Plano de Aplicação da Emenda  
168 Parlamentar da Dep. Federal Luciana Genro – HMIPV. (É feita a leitura do  
169 Parecer.) (Após a leitura.) **O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho**  
170 **Municipal de Saúde):** Alguma dúvida? Algum esclarecimento? (Silêncio no Plenário).  
171 **O SR. MARCELO BÓSIO (Secretário Adjunto da Saúde):** É importante destacar que  
172 este projeto está dentro do Projeto Informatização. O que estamos fazendo, no  
173 Presidente Vargas vai servir como piloto. Há, também, uma emenda parlamentar  
174 estadual que vai para o HPS e também para o PACS, Bom Jesus, Lomba do Pinheiro.  
175 Isso também servirá como base para todos os procedimentos de imagem serem  
176 armazenados dentro do sistema de informação. Há uma parte do processo em que vai  
177 ter relação, embora isso tenha começado primeiro, mas as duas coisas vão estar no  
178 mesmo sistema. **O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de**  
179 **Saúde):** Em função da observação do Marcelo, faz-se necessário algum  
180 esclarecimento? (Silêncio no Plenário.) Em votação. Os (as) conselheiros (as) que  
181 aprovam o Parecer 70/2010 se manifestem levantando o crachá. (Pausa) **22 votos**  
182 **favoráveis. APROVADO por unanimidade o Parecer 70/2010.** Antes de a Heloisa  
183 apresentar um Parecer sobre o **Projeto de Lei do Ver. Dr. Raul**, registro que há duas  
184 inscrições para Informes: o Terres e o Sr. Paulo. Depois vamos organizar os Informes.  
185 **A SRA. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho Municipal de**  
186 **Saúde):** O Núcleo de Coordenação do Conselho recebeu o Projeto de Lei 081/10 e foi  
187 solicitado que a Assessoria Técnica fizesse uma análise. O Projeto de Lei tem dois  
188 parágrafos, praticamente, e propõe que se estabeleça no SUS de Porto Alegre o  
189 atendimento em regime de mutirão, fazendo com que a cada trimestre a Secretaria  
190 Municipal de Saúde organize um mutirão para atendimento de especialidades que  
191 estão na fila de espera. O Projeto de Lei tem três artigos e, na verdade, estabelece o  
192 regime de mutirão e a Secretaria Municipal da Saúde vai ser responsável por isso. A  
193 ideia é que trimestralmente seja feito o remanejamento dos profissionais necessários  
194 para fazer o mutirão. Vou ler o **Parecer 03/10 – PL 081/10, de autoria do Ver. Dr.**  
195 **Raul.** (Após a Leitura do Parecer.) **O Sr. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho**  
196 **Municipal de Saúde):** Alguma manifestação? (Pausa.) **O Sr. CARLOS HENRIQUE**  
197 **CASARTELLI (Secretário Municipal da Saúde):** Concordo com o Parecer. Não é  
198 atribuição do Legislativo fazer esse tipo de lei, porque gera custos, e o Legislativo não  
199 pode fazer leis que gerem custos para o erário. Também não acho que mutirões  
200 funcionem. Os mutirões que fizemos em Porto Alegre geraram filas de espera nos  
201 hospitais, mas não a solução dos problemas. Além do mais é preciso verba  
202 suplementar para se fazer mutirões. Desviar um servidor, que está em determinada  
203 unidade para fazer outra coisa nós estaremos resolvendo uma coisa e piorando outra.  
204 As filas deixarão de existir quando conseguirmos nomear mais servidores, melhorar os  
205 centros de especialidades, enfim, melhorar a nossa rede de serviço. Concordo  
206 plenamente com o parecer do conselho. **A Sra. MARIA IVONE DILL (CDS Leste):** Boa  
207 noite. Nós, conselheiros, não sabemos quem é que foi chamado dessa fila, porque  
208 esperar durante três, quatro anos, quem é que fica no mesmo telefone, no mesmo  
209 endereço? É só isso. Obrigada. **A Senhora PALMIRA MARQUES DA FONTOURA**  
210 **(CDS Humaitá/Navegantes/Ilhas):** Se esse mutirão saísse do bolso de cada Vereador  
211 com certeza nós iríamos aceitar. Já temos dificuldades com a falta de médicos na  
212 nossa região. Então, se eles querem fazer eles devem arrumar um meio para fazer  
213 isso. Se tirarmos os trabalhadores do seu horário de trabalho no dia seguinte teremos  
214 de pagar hora extra, ou teremos de dar folga para esse trabalhador. Já temos muitos  
215 problemas e devemos trabalhar com carinho essa questão. **A SRA. CRISTIANE**  
216 **NUNES (Coordenadora da Rede de Atenção Primária):** A minha pergunta é sobre o  
217 que é que vamos fazer com isso? Vamos levar para a Câmara? Porque nunca fizemos  
218 parecer em relação a projetos de lei. Isso será uma rotina? **A Sra. HELOÍSA**  
219 **ALENCAR (Assessora Técnica do CMS):** Na verdade esse Conselho já emitiu  
220 parecer sobre outros projetos de lei. Houve um da Vereadora Neusa, a respeito de

221 remédios nas casas, em que emitimos parecer, mas não é sempre. Não sei  
222 exatamente quem encaminhou para o núcleo, que encaminhou a mim para fazer o  
223 parecer. A minha proposição é que se encaminhe a decisão do plenário sobre o  
224 parecer e se remeta à Câmara. O parecer serve até para que ajudar o gestor a fazer o  
225 debate na Câmara, porque esse projeto de lei passou pela comissão de Justiça da  
226 Câmara e é um projeto que contraria a própria Lei Orgânica. **O Sr. CARLOS**  
227 **HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal da Saúde):** Esse projeto de lei já foi  
228 aprovado, mas terá o veto do prefeito. Vamos encaminhar o veto e recebemos o  
229 parecer do Conselho até para subsidiar as razões do veto. **O Sr. MARCELO BÓSIO**  
230 **(Secretário Adjunto da Saúde):** Para esclarecer: quando foi votado esse projeto  
231 tentamos modificar o parágrafo sobre a periodicidade, e deixar conforme a capacidade  
232 do gestor, porque temos recebido alguns recursos do fundo nacional para fazer  
233 mutirões. O Ministério define algumas áreas como prioritárias, nos repassa e nós  
234 repassamos aos hospitais. Ano passado fizemos um, nesse ano fizemos outro. O  
235 Vereador concordou em deixar “conforme a capacidade do gestor”. O projeto foi para  
236 discussão em plenário, os Vereadores não concordaram e em vez de trimestral o  
237 mutirão ficou como semestral. De qualquer forma é impossível assumirmos um  
238 compromisso de cada seis meses fazermos um mutirão, até porque quando  
239 recebemos recursos para fazer esse tipo de atividade chamamos os prestadores e  
240 fazemos. Mas, sem recursos temos de adotar as rotinas, que não podem ser mudadas.  
241 **O Senhor HEVERSON VILLAR DA CUNHA (CDS Restinga):** Agora complicou um  
242 pouco, porque sabemos que temos de ser mais rápidos em relação a esses processos  
243 que correm na Câmara. Saiu o projeto de lei temos de estar grudados lá na Câmara, e  
244 a Secretaria tem uma representante permanente na Câmara, não é Secretário? Então,  
245 a lei está aprovada, e o que é que vamos fazer agora? Lembro bem que há sete, oito  
246 anos o Conselho acabou pactuando que haveria cinquenta mil para a compra de  
247 especialidades, algo parecido com mutirão. Se a Secretaria recebe recursos do  
248 Governo Federal para fazer atividades e lá no meu posto de saúde, o PSF Castelo, tem  
249 214 pessoas aguardando ortopedia, e a mais velha é de 2001, alguma coisa não está  
250 funcionando entre a coordenação do Conselho e a Secretaria, e esse plenário está  
251 ficando para trás. Se estiverem vindo recursos do Governo Federal para atender as  
252 coisas que precisam ser atendidas então vamos executar o que tem de ser feito. **O Sr.**  
253 **CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal da Saúde):** Não há  
254 recursos para se fazer isso. O que o Marcelo disse é que já vieram recursos em outras  
255 oportunidades, que foram utilizados. No período em que eu sou o Secretário Municipal  
256 da Saúde não houve recurso para mutirão em nenhum momento. Já houve recursos  
257 para mutirões para determinadas finalidades. Quando há um projeto na Câmara, e que  
258 somos contrários, acionamos a nossa bancada, temos a Tânia que vai lá todos os dias,  
259 acompanha as sessões plenárias, e tentamos convencer os Vereadores de que o  
260 projeto está mal instruído, tentamos fazer as modificações possíveis, mas quem vota  
261 são os Vereadores. Tentamos modificar o projeto para que ficasse sendo “na medida  
262 em que o gestor possa realizar”, só que os Vereadores votaram que seja a cada seis  
263 meses. Isso é inviável e vamos propor o veto. O Prefeito deve vetar e encaminhar para  
264 a Câmara o veto. Se a Câmara derrubar o veto será mais uma lei que não poderá ser  
265 cumprida, e podemos ainda arguir a sua inconstitucionalidade, por vício claro de  
266 origem. **O Sr. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de Saúde):** Está  
267 em votação o **Parecer sobre o PL 081/10, de autoria do Ver. Dr. Raul.** Os (as)  
268 Conselheiros (as) que votam a favor do Parecer se manifestem levantando o crachá.  
269 (Pausa.) Os (as) contrários (as) se manifestem levantando o crachá. (Pausa.)  
270 Abstenções? (Pausa.) **APROVADO, por unanimidade.** Passamos ao período dos  
271 **Informes.** Heloísa. **A Sra. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho**  
272 **Municipal de Saúde):** Os senhores receberam dentro do envelope o calendário das  
273 reuniões do Plenário de 2011. Este é o primeiro informe. Só para saberem que já está  
274 pronto o calendário, estão previstos os dias que serão feriados. Então, este é o  
275 calendário que está valendo para o ano que vem. A segunda questão é em relação a

276 dois outros convites que estão dentro do envelope. É sobre a nossa reunião de  
277 confraternização. Vamos fazer a reunião de confraternização no dia 23 de dezembro,  
278 quinta-feira que vem. É bom todos virem, porque queremos fazer a divisão de tarefas.  
279 Como é que vai ser a reunião de confraternização? Vai ser uma reunião em que vamos  
280 nos reunir trazendo bebidas, comidas, vontade de conversar. Parece que vai ter uma  
281 certa dinâmica, um jogo, uma brincadeira entre nós. É uma proposta. Certo? A idéia é  
282 que os Conselhos Distritais fiquem encarregados de trazerem salgados, pizza, aquelas  
283 coisas bem boas que vocês sabem fazer, as entidades, que são normalmente uma  
284 criatura que vem sempre aqui sozinha, trazem as bebidas, refrigerante, água, e o  
285 governo e os prestadores vão se encarregar de comprar um bolo para nós. Um bolo  
286 bem bonito. Já conversamos com alguns deles para fazerem uma *vaquinha* e trazerem  
287 o bolo, comermos um doce e nos encontrarmos. A ideia é essa. Se alguém tiver outra  
288 sugestão, estamos aceitando. Podem ligar para a Diretoria Executiva e trazerem a  
289 sugestão. Esta confraternização, a princípio, é para nós, conselheiros, que estamos  
290 sempre aqui, os membros das comissões. E haverá um outro evento aberto. Vamos  
291 manda *e-mail* convidando mais gente. Será no mesmo dia, à tarde, às 16 horas, uma  
292 sessão de cinema com pipoca. Será a 2ª edição do nosso programa *Cinema e Saúde*.  
293 O filme será *Duas Vidas*. Ao terminar a sessão de cinema, haverá uma breve reflexão.  
294 Vamos dar uma respirada e vamos para a festa de confraternização. Esta é a ideia  
295 para o dia 23 de dezembro, quinta-feira que vem. **O Senhor HÉVERSON LUIS**  
296 **VILLAR DA CUNHA (Conselho Distrital de Saúde Restinga):** Primeiro, eu quero um  
297 esclarecimento. O Conselho Distrital não tem estrutura, não tem verba, não tem nada.  
298 O nosso está dentro do meu carro, ali na rua. Vamos fazer diferente, então. Vamos  
299 fazer uma festinha americana, cada um traz um pratinho, coisinha de pobre. Não, não!  
300 O que foi dito é que o Conselho Distrital vai trazer um pratinho de salgadinho. Conselho  
301 distrital, meu coordenador, não tem verba. Agora, o Conselho Municipal tem recurso  
302 para isso. **A Sra. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho Municipal**  
303 **de Saúde):** Qual é a diferença da proposta, se cada um vai trazer um pratinho? É cada  
304 um trazer um pratinho mesmo. Está é a ideia. Da outra vez que nós fizemos cada um  
305 trazer um pratinho, era tanto pratinho que sobrou um monte e acabou indo fora. Então,  
306 é para não ir comida fora que pensamos em dividir. Uns trazem a comida, outros, a  
307 bebida e outros, o bolo. Mas se há outra sugestão não há problema. Dá na mesma,  
308 porque quem vai trazer vai trazer do seu bolso. **O Sr. CARLOS CASARTELLI**  
309 **(Secretário Municipal de Saúde):** O Terres disse que vai fazer um churrasco. A gente  
310 compra a carne. **(Manifestação na plenária.) O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador do**  
311 **Conselho Municipal de Saúde):** Pessoal, vamos lá! Primeiro, quero registrar a  
312 presença da Dra. Cynthia, do Ministério Público, da Promotoria de Execuções  
313 Criminais. Também está presente a Sra. Maria Lúcia Médici, da Secretaria de  
314 Segurança Pública do sistema Prisional. E a Sra. Maria Cristina que é Chefe da Divisão  
315 de Saúde da SUSEPE. Está presente o Doutor (?) do Hospital Vila Nova. A Senhora  
316 Cristhiane vai apresentar a proposta do Plano Operativo Municipal de Saúde do  
317 sistema Penitenciário. **A Senhora CRHISTIANE NUNES (Coordenadora Municipal**  
318 **da Saúde):** Boa-noite a todos. A proposta é passarmos as proposições em relação às  
319 leis e por que chegamos aqui e ao final do que trata realmente o Plano Municipal.  
320 **(Apresenta data show sobre Plano Operativo Municipal de Saúde no sistema**  
321 **Penitenciário.) (Lê.)** *“Promover a atenção integral à saúde da população prisional e*  
322 *estabelecer as metas gerais, com vistas a promover, proteger e recuperar a saúde*  
323 *desta população. População carcerária em Porto Alegre, dados atuais: PCPA: 5135*  
324 *presos, PFMP: 684 presas, IPF: 513 detentos. Diagnóstico. Saúde da mulher: PFMP –*  
325 *Tuberculose: Gestantes-HMIPV, Planejamento familiar, Prevenção de câncer de colo*  
326 *uterino e de mama, AIDS-Sanatório Partenon. Saúde Mental PCPA-grupos de*  
327 *drogadição, internação hospitalares. Situação epidemiológica Tuberculose PCPA: -*  
328 *detectado 308 casos em 2009; - 67 casos até 23ª semana epidemiológica de 2010; -*  
329 *130 casos em atendimento; DST/AIDS PCPA: - consultas pela enfermagem,*  
330 *dispensação dos retrovirais e controle de carga viral ; IPF: - atendimento junto ao*

331 Sanatório Partenon SAÚDE BUCAL PCPA: 02(dois) cirurgiões dentistas PFMP:  
332 02(dois) cirurgiões dentistas IPF: 01(um) cirurgião dentista Incentivo Financeiro - MS  
333 Portaria 1777/03 Para estabelecimentos prisionais com mais de 500 pessoas presas,  
334 incentivo de R\$ 40.008,00/mês por equipe/ano - De acordo com o número de vagas  
335 existentes na Unidade Prisional INCENTIVO ESTADUAL - Resolução CIB/RS 054/10  
336 Médico: R\$ 38.000,00 Enfermeiro: R\$ 14.000,00 Cirurgião Dentista: R\$ 14.000,00  
337 Técnico de Enfermagem: R\$ 7.000,00 ACD: R\$ 7.000,00 Total: R\$ 80.000,00 Infra-  
338 estrutura dos estabelecimentos de Saúde das Unidades Prisionais Espaço físico - A  
339 definição das necessidades de adequação de espaço físico (construção, ampliação ou  
340 reforma) disposto na Portaria Interministerial, constante no Plano Nacional de Saúde no  
341 Sistema Penitenciário. - anexo A (competência estadual) - Equipamentos - Atende ao  
342 disposto na Portaria Interministerial, constante no anexo B do Plano Nacional de Saúde  
343 no Sistema Penitenciário, que determina os equipamentos necessários para o  
344 atendimento das ações. (competência estadual)(com base na RDC 50 da ANVISA)  
345 Recursos Humanos Equipe mínima exigida: 1 médico, 1 enfermeiro, 1 odontólogo, 1  
346 psicólogo, 1 assistente social e 1 técnico de enfermagem. Unidades Prisionais com  
347 mais de 100 pessoas. Equipe: 1 equipe para até 500 pessoas (carga horária de 20  
348 horas/semanais). Cadastramento. As equipes e unidades devem ser cadastradas no  
349 SCNES. Adesão ao plano. Através da assinatura da Declaração do incentivo  
350 financeiro assinada pelos secretários estaduais e municipais de saúde.(of. 477/09-GP).  
351 Aprovação pelo CMS. Plano Operativo Municipal de Saúde Prisional Competências  
352 Aquisição e controle de medicamentos para o atendimento das equipes de saúde do  
353 Sistema Penitenciário fornecido pela SMS. Desenvolvimento/Capacitação de Equipes  
354 de Saúde - SES/SUSEPE e SMS estabelecerão programas de capacitação de todos os  
355 profissionais de saúde atuantes na estruturação da atenção à saúde no sistema  
356 prisional. Resultados Esperados e Metas. Diagnóstico e implantação de ações de  
357 assistência à saúde que compõem o elenco mínimo referido no Plano Nacional de  
358 Saúde do Sistema Penitenciário em seu item saúde bucal, saúde da mulher,  
359 DST/HIV/AIDS, saúde mental, hepatites, tuberculose, hipertensão e diabetes,  
360 hanseníase, aquisição e controle de medicamentos, imunizações e exames  
361 laboratoriais. OPERACIONALIZAÇÃO MUNICIPAL Implementação do Plano operativo  
362 em âmbito municipal por meio de contratualização com o Hospital Vila Nova, em  
363 continuidade a forma já estabelecida pelo Estado/SES. Formalização, junto ao Projeto  
364 Fundo Global, para manutenção das ações realizadas no PCPA Definição de fluxos de  
365 referência e contrarreferência de média e alta complexidade Capacitação das equipes  
366 Monitorar, acompanhar e avaliar as ações, incluindo o IPF Participação dos protocolos  
367 assistenciais Execução de ações de vigilância sanitária e epidemiológica Inclusão de  
368 auxiliar de consultório dentário-ACD, por equipe. Inclusão de um médico infectologista  
369 Definição dos equipamentos a serem adquiridos, por unidade prisional.” (Após a  
370 apresentação no data-show). **O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho**  
371 **Municipal de Saúde):** A proposta é ler o Parecer, após a leitura as perguntas que se  
372 fizeram necessárias e, então, partiríamos para os esclarecimentos porque, no Parecer,  
373 também há alguns questionamentos. Depois disto, convidarei a Dra. Cynthia e mais  
374 alguém para tomarem lugar à Mesa e me ajudarem nas respostas, nos  
375 esclarecimentos. **A SRA. HELOÍSA ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho**  
376 **Municipal de Saúde):** A SETEC analisou esse plano em duas reuniões ordinárias, no  
377 dia 24 de novembro e no dia 8 de dezembro. O documento foi bem estudado. **(É lido o**  
378 **Parecer). **O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de Saúde)**  
379 **(Após a leitura do Parecer):** Representando esse Conselho, a chamado do Ministério  
380 Público, participei de várias audiências onde se tratou dessa questão sobre a  
381 municipalização – essa é a verdade – do atendimento à saúde prisional. Essa é uma  
382 determinação nacional e deveremos ter um certo cuidado, porque é uma situação nova  
383 para o Município. As observações pertinentes que foram feitas no nosso parecer  
384 devem ser tratadas com todo cuidado. Tem a palavra o Secretário Casartelli. **O SR.**  
385 **CARLOS HENRIQUE CASARELLI (Secretário Municipal da Saúde):** Quero fazer**

386 alguns comentários sobre a saúde prisional, e inclusive essa é a posição do  
387 CONASEMS (Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde), porque a  
388 municipalização significa, sem dúvida nenhuma, a desresponsabilização dos outros  
389 entes federativos. Os recursos federais e estaduais são recursos anuais e não  
390 mensais, para atender, no presídio central, uma população de mais de cinco mil  
391 pessoas, e é considerado que existem apenas quinhentas pessoas. Então, é enganar,  
392 é querer viver fora do mundo real. São cinco mil pessoas para serem atendidas e  
393 negam-se as outras quatro mil e quinhentas. Os municípios mais uma vez estão sendo  
394 penalizados por uma política de municipalização, que somos completamente  
395 favoráveis, mas ela não pode significar a desresponsabilização dos outros entes  
396 federativos. O CONASEMS se manifesta até porque o sistema prisional brasileiro é  
397 mantido pelos Estados, e o ente federativo estadual é o responsável pelas pessoas que  
398 estão sob o seu cuidado. O ente estadual é o responsável por aquelas pessoas que  
399 estão nos presídios. Daí ele joga subitamente a responsabilidade pela saúde dessas  
400 pessoas - que sempre foi responsabilidade do ente estadual - para o ente municipal. É  
401 claro que há vários problemas nessa política de saúde prisional porque é algo novo  
402 para nós, algo que não temos nem condições de suportar nesse momento. Quando foi  
403 feito esse plano foi dado a entender pelo próprio Estado, pelas pessoas que estavam  
404 trabalhando com isso, que aquilo que estava implantado estava muito bem. Então,  
405 dissemos que se o que estava implantado estava muito bem então vamos manter  
406 aquilo que está implantado. Serve? Ah serve. Então, muito bem, é isso que estamos  
407 fazendo, nos propondo a manter aquilo que está implantado. Porque não temos  
408 condições de atender toda uma população prisional, quando chegamos ao índice  
409 vergonhoso de menos de 25% de cobertura da população pela Estratégia de Saúde da  
410 Família. Nos preocupamos com aquela população, dá vontade de chorar vendo a  
411 situação daqueles indivíduos, mas obrigatoriamente esse atendimento não tem de  
412 passar para o ente municipal. Vamos assumir com as modificações que forem  
413 propostas, até porque temos todo um trabalho do Ministério Público nos cobrando isso,  
414 há a cobrança de vários entes, mas como Secretário de Saúde a minha opinião é de  
415 que tinha de ser mantida uma cobertura de saúde para essas pessoas que estão lá no  
416 sistema prisional por quem é o responsável por cuidar dessas pessoas, que é o  
417 Estado. E não jogar isso para o Município, que é o que está sendo feito. Estão jogando  
418 a responsabilidade pela saúde dessas pessoas, que estão sob os cuidados do ente  
419 estadual, para o ente municipal. Isso que foi apresentado é o que podemos fazer no  
420 momento. Concordo plenamente com a manifestação que está no parecer do  
421 Conselho, que é extremamente pequeno para as necessidades. Mas, só concordamos  
422 com isso porque foi nos dito que estava muito bom como estava. Bem o que está nós  
423 temos condições de manter. Mas se fizermos uma equipe para cada quinhentas  
424 pessoas, desculpem, mas o repasse do Governo Federal e do Governo Estadual tem  
425 de ser muito maiores do que aquele. Preocupa-me o índice de tuberculose nos  
426 presídios, preocupa-me a saúde dessas pessoas, mas o presídio Central tem cinco mil  
427 pessoas e o Governo Federal considera que são quinhentas. *(Intervenção fora do*  
428 *microfone, inaudível.)* Infelizmente não é isso. **O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador do**  
429 **Conselho Municipal de Saúde):** Sabemos que esse é um tema novo, e temos de ter  
430 bastante paciência para que possamos nos entender. Concedo a palavra à Dra. Cíntia.  
431 **A Senhora CYNTHIA FEYH JAPPUR (Promotora de Execuções Criminais):**  
432 Primeiro quero dar boa noite a todos e manifestar o meu choque, a minha irrisignação  
433 com várias colocações, inclusive a minha desagradável surpresa em ver o Secretário  
434 da Saúde tendo esse posicionamento, enquanto que nas reuniões que teve com o  
435 Ministério Público sempre foi favorável a essa questão, que é uma construção que se  
436 fez. Nunca se disse – pelo contrário – que a saúde no sistema prisional estava  
437 adequada, por isso o Ministério Público sempre se manteve atento e cobrando essa  
438 questão. Primeiro quero dizer que a saúde prisional não diz respeito somente aos  
439 presos e à saúde dos presos, mas diz respeito a questões de segurança pública e à  
440 saúde de todos nós, porque nos presídios circulam, por exemplo, no presídio Central

441 de Porto Alegre, nos dias de visitas dobra a população, e essas visitas entram e saem.  
442 Então, é uma questão de gestão da saúde de Porto Alegre, não é lá do sistema  
443 prisional. Então, tem tudo a ver, Senhor Secretário, com a saúde da população de  
444 Porto Alegre, de Charqueadas também, mas principalmente de Porto Alegre, onde tem  
445 o presídio Central, que hoje conta com mais de cinco mil detentos. Imaginem o que  
446 significa isso em termos de tuberculose. O índice de Porto Alegre, tendo em vista o  
447 presídio Central, é o maior do mundo, em termos de tuberculose! E o que é que o  
448 Município de Porto Alegre fez, ou pretende fazer com relação a isso? O Estado do Rio  
449 Grande do Sul também é cobrado. Hoje temos o SUS. E a proposta contida na Portaria  
450 177 – os senhores me desculpem-me estar um pouco exaltada, Senhor Secretário  
451 peço desculpas, mas é que realmente eu me senti traída, sabe, traída, porque é muito  
452 tempo de trabalho, fico até emocionada, fico revoltada às vezes, portanto me perdoem  
453 se eu estiver passando um pouco os limites da boa educação. Mas, retomando: essa  
454 proposta da Portaria 177 é justamente para acompanhar o SUS, o sistema União,  
455 Estado e Município. Com relação aos presos que estão no presídio Central de Porto  
456 Alegre, no Madre Pelletier, no IPF, o número deles é contado no PAB, e é população  
457 de Porto Alegre. Então, eles também merecem tratamento em saúde. É  
458 responsabilidade, sim, de Porto Alegre, e a saúde é plena aqui, de cuidar desses  
459 presos. Não somente por uma questão de responsabilidade na gestão da saúde de  
460 Porto Alegre, como um todo, e acho que essa deve ser a preocupação maior desse  
461 Conselho de administrar as questões da saúde de Porto Alegre como um todo, em  
462 todos os aspectos, não somente nas questões da tuberculose, da drogadição, mas da  
463 reinsserção social, com redução da violência. Bom, as pessoas que estão presas  
464 contam no PAB. A proposta da Portaria 177 é União, Estado e Município. Então, verba  
465 da União, número um. Número dois: o Estado agrega, incentiva, ele também faz parte  
466 desse planejamento da política, também dá incentivo. São dois incentivos que o  
467 Município de Porto Alegre teria, o Federal e o Estadual, para cada equipe de saúde.  
468 São R\$160.000,00, no total, por equipe. Entendemos as limitações do Município, e a  
469 minha atuação é como fiscal da Lei e dos interesses difusos e coletivos. Não estou aqui  
470 para prejudicar Município. O Município nunca negou a sua responsabilidade em  
471 administrar os resíduos sólidos. E para administrar os resíduos sociais ele não é o  
472 responsável? É o Estado que é? Mas o que é isso?! É responsabilidade, sim, do  
473 Município. E o Estado não está “tirando o corpo fora.” Quem “tirou o corpo fora”, até  
474 agora, foi o Município de Porto Alegre, porque Charqueadas está há dois anos com  
475 quatro equipes, ou três equipes. Aderiu, está funcionando, o pessoal está ganhando  
476 dinheiro e os presos estão sendo atendidos. Temos de fazer um estudo mostrando  
477 como deve reduzir o número de uma série de doenças na população externa, porque  
478 certamente deve reduzir o número de doenças. Retomando: é obrigação, sim, do  
479 Município de Porto Alegre. O Município de Porto Alegre vai receber incentivo Federal e  
480 Estadual, e o Ministério Público vai cobrar e exigir isso. Além disso, essa é uma  
481 questão de responsabilidade na gestão da saúde do Município de Porto Alegre. A  
482 proposta de contratar o Vila Nova está funcionando porque estes três estão no Central  
483 e a maioria dos que vão ser tratados no Hospital Vila Nova são do Central. A equipe  
484 que vai tratar lá na ponta vai estar lá dentro. Então, é permitida uma gestão melhor  
485 desta questão da saúde. Porque o que acontecia antes? O preso ia para o Vila Nova  
486 quase morto. Agora, não. Agora, o Hospital Vila Nova e a equipe estão lá,  
487 responsabilizam-se lá dentro. Então, há este fluxo. Eu acho muito interessante. Há este  
488 fluxo lá do Central até o Hospital Vila Nova. A assunção desta proposta – de assumir a  
489 equipe do Hospital Vila Nova – está funcionando sim. Não sei se é isto que está  
490 querendo dizer que está com a saúde boa. Entendo que no Presídio Central está  
491 melhorando sim, mas requer mais, é necessário mais. O Madre Pelletier tem  
492 problemas. E a proposta é de estender também do Hospital Vila Nova a mesma equipe.  
493 Eu entendo que alguns esclarecimentos que constam do parecer já foram concluídos.  
494 São necessários e oportunos. Mas talvez não sejam tão fundamentais para a  
495 importância da questão. Nós temos que resolver este problema até o dia 30. Hoje teria

496 que ser resolvido. Mas se não for aprovado, é a minha maior angústia. Quem está  
497 custeando a equipe do Vila Nova que está lá no Central e quem vai terminar o  
498 contrato? Fui lá e falei com todo mundo do Estado. Não adianta. O contrato com o Vila  
499 Nova, desta equipe com o Central, vai expirar agora no final do ano. É necessário. O  
500 Município de Porto Alegre já assumiu, desde 2008, se agregar a esta portaria 177. Uma  
501 das questões é aprovar o Plano Operativo. Demorou não sei quanto tempo, acho que  
502 um ano, para fazer um Plano Operativo e chegar à data de hoje para ser finalmente  
503 aprovado. Parece-me que, se não for aprovado, o Município de Porto Alegre lança mão  
504 de todos os expedientes para procrastinar o cumprimento desta obrigação. Eu encerro  
505 por aqui e me coloco à disposição para questionamentos no sentido de que seja  
506 aprovado o Plano Operativo com estas recomendações posteriores. **O Sr. OSCAR**  
507 **PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de Saúde):** Conselheiros, a Maria  
508 Cristina quer falar. **A Sra. MARIA CRISTINA SOIREFMANN (Chefe da Divisão de**  
509 **Saúde da SUSEPE):** Eu quero esclarecer a dúvida sobre o número de equipes. A  
510 Portaria Interministerial deixa claro que, a cada 500 presos, uma equipe. Nós  
511 poderíamos botar dez equipes dentro do Presídio Central. **O Sr. OSCAR PANIZ**  
512 **(Coordenador do Conselho Municipal de Saúde):** Conselheiros, vocês estão  
513 ansiosos para perguntar. Eu disse que o tema era interessante. Por gentileza se  
514 acalmem, que vai ter espaço para todo mundo. **A Sra. MARIA CRISTINA**  
515 **SOIREFMANN (Chefe da Divisão de Saúde da SUSEPE):** É isso o que eu disse, a  
516 cada 500 presos uma equipe. Se o presídio tem mil presos, poderiam botar duas  
517 equipes. Daí depende do gestor. Em Charqueadas, eu tenho 2.200 presos na PEJ e o  
518 gestor botou uma equipe. **O Sr. CARLOS CASARTELLI (Secretário Municipal de**  
519 **Saúde):** Primeiro, Dra. Cynthia, eu gostaria de que a senhora não se sentisse traída,  
520 porque o que eu disse é que o Município de Porto Alegre se propôs a fazer e nós nos  
521 propomos a fazer. O meu discurso foi apenas o que eu acho, porque não concordo que  
522 o Estado tenha se desonerado desta obrigação. Este é um direito que eu tenho.  
523 Doutora deixa eu lhe passar os dados. O PAB fixo deste país é 18 reais por habitante.  
524 Os incentivos divididos por 13, porque os servidores ganham o 13º salário, dá R\$  
525 11.100,00 por mês por equipe. Uma equipe de saúde custa R\$ 25.000,00. Estamos  
526 gastando com equipe de saúde R\$ 25.000,00. Os municípios do Brasil, de modo geral,  
527 têm gastado de 17 a 25% do seu orçamento em saúde, enquanto o Estado gasta 2%.  
528 Eu tenho convicção de que o Estado, na próxima gestão, vai melhorar isso. E a União  
529 não gasta aquilo que está na EC 29. A EC 29 não precisa de regulamentação  
530 nenhuma. Quem fala que a EC 29 precisa de regulamentação está postergando a  
531 aplicação de uma emenda constitucional, que eu não tenho a mínima dúvida que ela é  
532 autoaplicável. Eu sou a favor de que seja cobrado o Plano aqui colocado, por todas as  
533 contrariedades que têm do Conselho Municipal de Saúde, e eu realmente acho que ele  
534 é falho, mas é um primeiro passo para melhorar a saúde desta população. Eu não  
535 estou dizendo que o Município não vai fazer; o que estou dizendo é que mais uma vez  
536 está havendo uma menor responsabilização dos outros entes federativos. Porque  
537 aquilo que eles repassam para os municípios é insuficiente para pagar o preço de uma  
538 equipe. Nós gastamos R\$ 25.000,00 por uma equipe de saúde da família, por exemplo,  
539 e recebemos de incentivo algo em torno de R\$ 6.000,00. E o PAB fixo, que deveria ser,  
540 considerando o período em que ele foi criado, apenas colocando os índices de  
541 atualização monetários, deveria estar hoje, no mínimo, em R\$ 39,00. A proposta do  
542 governo é de R\$ 18,00 passar para R\$ 19,00 em junho do próximo ano. Então, isso  
543 não dá para dizer que seja adequado. E o meu discurso foi apenas em relação a isso.  
544 Acho que o Município assim não vai tentar expandir. Já temos uma proposta de  
545 aumentar a equipe de saúde da família entre o final e início do ano, temos esta  
546 proposta de chegarmos a 50% de cobertura por equipes da família até o final de 2012.  
547 Agora, isso não vai me impedir que diga que os repasses, principalmente, do ente  
548 estadual, são de 2% de investimento em saúde. Isto é simplesmente um absurdo. O  
549 meu discurso foi apenas em relação a isso. Penso que precisa haver um  
550 comprometimento maior do ente estadual, do ente federal, mas especialmente do ente

551 estadual, que repassa e investe em saúde muito menos do que deveria. O Município de  
552 Porto Alegre assumiu, embora outros municípios do país não tenham feito, esta  
553 responsabilidade sobre a saúde prisional. E o que estou dizendo é que é muito pouco.  
554 Agora, acho que a plenária tem que aprovar, porque isso é o início de um trabalho que  
555 precisa ser feito. Eu me preocupo com todas as pessoas que estão lá com tuberculose,  
556 AIDS e outras doenças e acredito que temos que fazer alguma coisa. Está nas nossas  
557 mãos, vamos fazer. Mas que o repasse do estado é muito inferior do que realmente  
558 deveria, eu não tenho a mínima dúvida. **O Sr. OSCAR PANIZ (Coordenador do**  
559 **Conselho Municipal de Saúde):** Estão abertas as inscrições. A primeira inscrita é a  
560 Sra. Maria Cristina. **A Sra. MARIA CRISTINA SOIREFMANN (Chefe da Divisão de**  
561 **Saúde da SUSEPE):** Eu quero fazer um esclarecimento. Quanto ao Plano de Saúde  
562 Prisional, à Portaria 1777: o Estado do Rio Grande do sul é o único estado que coloca  
563 incentivo junto com o Ministério. Dos 24 estados que pertencem à Portaria  
564 interministerial, nenhum deles recebe incentivo estadual. Então, o Estado do Rio  
565 Grande do sul ainda ajuda nisso. **A Sra. MARIA ENCARNACION MORALES ORTEGA**  
566 **(Conselho Distrital de Saúde Leste):** Primeiro, tenho que fazer uma cobrança ao Vila  
567 Nova: cadê a Câmara Técnica? Foi um compromisso com este Conselho e até hoje  
568 não tem Câmara Técnica. Segundo, eu quero saber como é que ficam as regiões Leste  
569 e Partenon com alto índice de tuberculose. Eu fiquei muito na dúvida sobre a equipe de  
570 pessoal. Quando a Secretaria começou a apresentação, disse: se tiver lá a capacidade,  
571 não instalada, se é de mil é sobre mil, e os outros 4 mil ficam fora, o que fazer com  
572 eles? Precisa de recurso sim. O Estado não repassa, não está no CADIM, e temos que  
573 agüentar tudo isso. Ninguém é contra que se dê atendimento aos prisionais, mas o  
574 estado tem que ter esta responsabilidade. Para mim, não está clara a questão do  
575 Pessoal, porque, se lá há 28, vai ter que colocar mais gente ainda? Como é que é  
576 isso? Como é que vai ser feito? Eu acho que temos que ter responsabilidade, porque  
577 tudo realmente recai sobre o Município; responsabilidade nenhuma do Estado. Do  
578 mínimo que tem que passar, que são 12% para a saúde, passa dois e pouco e olha lá.  
579 Penso que eles estão tirando o corpo fora. Eles não estão ajudando coisíssima  
580 nenhuma. Porque mesmo que aqui em Porto Alegre seja gestão plena, a maioria das  
581 pessoas é do interior. Então, tinha que vir mais verba para Porto Alegre. **O Senhor**  
582 **HÉVERSON LUIS VILLAR DA CUNHA (Conselho Distrital de Saúde Restinga):** Não  
583 vai ser uma fala política, vão ser perguntas diretas e objetivas. Mas há algo no jornal de  
584 hoje, doutora, que diz que as pessoas estão morrendo de meningite dentro do Presídio  
585 Central de Porto Alegre. Eu não sei se eles adquiriram meningite lá dentro ou dentro do  
586 Vila Nova. Tudo bem. Mas este é o jornal de hoje e aqui diz que as pessoas estão  
587 morrendo lá dentro. Eu sei que morrem até por outras coisas, porque eu já trabalhei  
588 nesta área e conheço um pouco do sistema prisional. Mas a minha pergunta começa  
589 assim: apresentaram-se os números que não estão atualizados, há mais gente presa  
590 no sistema, e vamos falar de Porto Alegre, não é Secretário, porque é a sua área aqui,  
591 e eu gostaria de saber: e os adolescentes? Os que estão presos lá do outro lado? Eles  
592 são presos também. Estão presos, não podem sair na porta por livre e espontânea  
593 vontade. O estado segura, é preso. Agora, se alguém quer colocar que é ato infracional  
594 ou sei lá o quê, é só para enrolar! Segundo, vamos tratar a população prisional como  
595 um todo, não em parte, pois do contrário não vamos resolver o problema. Lá na FASE  
596 estão 212 adolescentes infratoras que moram lá na Restinga. E os conselheiros de  
597 saúde da Restinga são: a Djanira, o Seu Nelson, eu e as outras pessoas! Um dia, o  
598 cara resolve dar uma saidinha, vai lá em casa, dá uma *pirimbada* aqui e ali e deixa  
599 três, quatro contaminados. É isso que acontece na vida aqui fora! E assim também  
600 acontece com os adultos. Acabaram de dizer que no dia da visita multiplica ou triplica o  
601 número de pessoas numa casa, que está altamente contaminada e depredada. É a  
602 realidade! Há duas alas que foram reformadas, mas o resto está caindo aos pedaços.  
603 Esse é o sistema prisional que temos nos Estado, fruto de outros governos ou não, o  
604 caso é que a casa caiu, está podre e não podemos manter pessoas. E não é o resíduo  
605 social, Doutora, são pessoas. Ainda que o cara tenha cometido uma série de crimes o

606 resíduo social, lá, é feito de pessoas. Outra coisa. lutamos aqui fora por uma equipe  
607 simples de PSF; lá há uma equipe especializada de PSF para 500, enquanto aqui  
608 temos que rachar o pau para 830! Vamos conversar, temos que ir montando esse  
609 programa. E eu tenho visto que repasse de dinheiro não é a melhor forma. Por quê?  
610 Porque o dinheiro fica na conta do BANRISUL, na conta do prefeito rendendo juro e  
611 não é aplicado em saúde. O Estado repassar verba não é a melhor forma. Em Porto  
612 Alegre, nos últimos 20 anos, esta não é a melhor forma! Acho que o Estado tem que  
613 fazer a obra, chamar o secretário, dar a chave para ele bem como o dinheiro para a  
614 manutenção. Agora, repassar dinheiro para os municípios não é a melhor forma, só  
615 tem afundado. Outra coisa é a questão do Hospital Vila Nova. No tempo em que estou  
616 aqui nunca ouvi uma referência boa, só ouvi referência ruim sobre o Hospital Vila Nova.  
617 E quero lhe cumprimentar porque o senhor atende tuberculoso, aidético e ainda atende  
618 as pessoas do sistema prisional. E deve ser uma briga para receber do SUS. Vou  
619 fazer-lhe uma visita, na qualidade de conselheiro da Restinga porque o Hospital Vila  
620 Nova é hospital referência para nós também. Mais uma questão, a transferência das  
621 pessoas. Sai da casa do Partenon vai para a casa de Charqueadas; sai da casa de  
622 Charqueadas vai para a casa do Jacuí. Como é feito o acompanhamento clínico  
623 dessas pessoas? Quando uma dessas pessoas é transferida a ficha a acompanha?  
624 Precisamos saber por que os que estão lá podem ter outra *pereba* que não existe aqui.  
625 Conveniar com dois ou três hospitais acho interessante porque isso já começou há 30  
626 anos quando foram fechados os hospitais que existiam dentro dos presídios. A partir  
627 daí todos tinham que ser atendidos fora e, depois, quem corre o risco de ir para um  
628 hospital sou eu e não o preso. O preso vai bem guardado com quatro ou cinco  
629 brigadianos. Penso que a apresentação da Dr<sup>a</sup> Cristhiane ficou prejudicada, primeiro  
630 porque ela ficou nervosa, começou a gaguejar e os números apresentados não estão  
631 claros; tanto é que a representante do Ministério Público começou a contestar os  
632 números e o senhor também começou a debater. Acho que a apresentação ficou  
633 prejudicada. É preciso complementar essa apresentação e retornar ao Conselho. O dia  
634 em que for marcada a reunião estarei aqui para definir esse negócio com vocês.  
635 Secretário Casartelli, aqui tem um negócio, não foi na sua gestão foi na gestão do  
636 morto. Dr<sup>a</sup> Cristina, peça para ver o relatório trimestral, pois o dinheiro que veio para  
637 atender a população prisional foi gasto em aparelhos de ar condicionado para a  
638 Secretaria. Por isso as pessoas estão morrendo lá dentro! **O Sr. OSCAR PANIZ**  
639 **(Coordenador do Conselho Municipal de Saúde):** Com a palavra o Dr. Dalmolim. **O**  
640 **Dr. DALMOLIM (Representante Hospital Vila Nova):** Boa-noite a todos. Dr<sup>a</sup> Cynthia,  
641 Dr. Casartelli, Oscar. O Vila Nova foi chamado em julho para prestar atendimento no  
642 Presídio Central. Chegando lá, nos deparamos com a seguinte situação: estava lá o Dr.  
643 Clodoaldo que atendia uma ou duas vezes por semana, dependendo da disponibilidade  
644 e também havia uma enfermeira e um técnico de Raio X. Então, começamos a atender  
645 e o que é a equipe que temos hoje? Temos um plantão médico de segunda a sexta-  
646 feira, das 7 as 19 horas, que atende uma média de 100 consultas por dia. Como  
647 funciona? O apenado que está na galeria B, C ou Y desce para ser atendido. Há casos  
648 em que a situação pode ser resolvida. O paciente chega, consulta, se há um  
649 diagnóstico de pneumonia faz o Raio X na sala ao lado e já sai com a medicação. No  
650 entanto, há casos em que o paciente necessita de internação. Também foram do Vila  
651 Nova para o Central uma enfermeira e seis técnicos de enfermagem. No mês de  
652 outubro atendemos 1200 consultas, se fez quase seis mil atendimentos de  
653 enfermagem como curativos, medicação, retirada de pontos, nebulização, controle da  
654 diabetes, controle da hipertensão e uma série de outras coisas. Ainda colocamos lá um  
655 dentista que faz uma média de 200 atendimentos por mês. Foi-nos solicitado que  
656 colocássemos uma equipe lá no Pelletier, a qual seria composta por dois técnicos em  
657 enfermagem, um pela manhã e outro a tarde, uma enfermeira, um infectologista que lá  
658 não tem, e um clínico. Quando fomos para o Central havia uma média de 40 saídas de  
659 presos para consultar fora, junto com quatro brigadianos e todo mundo sabe como isso  
660 funciona: entra na emergência do Pronto Socorro, do Conceição, etc. Depois que

661 passamos a prestar atendimento lá, a saída com escolta tem uma média de quatro por  
662 dia e é feita à noite; também essas pessoas não vão mais para as emergências vão  
663 para o Vila Nova e lá já se resolve. Quero convidar o colega da Restinga para que vá  
664 conhecer o Hospital Vila Nova que passa por uma reformulação completa. Chega de se  
665 falar mal do Vila Nova, por que temos feito um trabalho médico da melhor qualidade e  
666 tenho certeza disso. Sobre esse caso que foi noticiado hoje no Jornal Gaúcho a  
667 respeito da morte de um paciente do Central por tuberculose, ele foi atendido na  
668 segunda-feira lá no Central pelo Dr. Neivo que disse que estava com confusão mental;  
669 passou para o neurologista que também é da equipe e foi internado na UTI do Vila  
670 Nova onde foi feito o diagnóstico de meningite, já num estágio avançado. Então,  
671 estamos lá a pedido do Estado e também a pedido do Ministério Público para  
672 continuarmos atendendo. É uma situação que envolve profissionais. Colocamos os  
673 melhores colegas para atender e, depois que estamos lá, conseguimos salvar inúmeras  
674 vidas, pois atendemos pacientes graves e já tem a vaga lá na outra ponta. No dia 28 de  
675 outubro inauguramos, numa parceria com o Governo do Estado, uma ala nova lá no  
676 Vila Nova com 32 leitos da melhor qualidade; leitos de isolamento, dentro das normas  
677 técnicas. A partir de amanhã ou de depois de amanhã contaremos com mais 18 leitos,  
678 que eram antigamente da SUSEPE e que serão destinados para dependência química.  
679 Há um psiquiatra, juntamente com uma equipe multidisciplinar que irá fazer isso. Quero  
680 dizer a vocês que o Vila Nova está lá porque foi convidado e está lá para colaborar. Se  
681 houver interesse, seguimos o nosso barco. Para que vocês tenham uma ideia, o índice  
682 de tuberculose lá é 10 vezes maior do que na população em geral. Temos um plano de,  
683 até abril de 2011, termos ecografado todos os presidiários e todos os que tiverem  
684 tuberculose vão ser tratados. Vamos levar junto um infecto para controlar o problema  
685 das hepatites e do HIV lá no Central. No atendimento no dia a dia aparece de tudo.  
686 Presto atendimento às sextas-feiras à tarde e, na última sexta-feira me disse um preso:  
687 “- Doutor, o senhor nem imagina o que é ter uma dor de dente aqui dentro. Uma dor de  
688 dente em casa, onde se tem algumas coisas já é difícil, imagine aqui!”! Então, estamos  
689 dando esse retorno para a população. A equipe está montada, tanto do ponto de vista  
690 médico quanto de enfermagem e estamos montando uma equipe lá no Madre Pelletier.  
691 Então, se houver esse interesse, estamos à disposição. (A Conselheira Encarnacion  
692 pergunta pela Câmara Técnica.) A Câmara Técnica ainda não foi feita, já existem  
693 alguns nomes propostos, porque ainda não contratamos com o Município. Estamos na  
694 fase final da contratualização e no momento em que esta for concluída a Câmara  
695 Técnica será montada e será apresentada aqui no Conselho. **O Sr. FERNANDO**  
696 **RITTER (Conselho Regional de Odontologia):** A minha dúvida é em relação aos  
697 números que foram apresentados. No primeiro momento da apresentação apareciam  
698 três equipes. Pareceu-me, pela apresentação, que o Presídio Central tem uma  
699 capacidade para 1500 pessoas e está com uma lotação de cinco mil pessoas. O Plano  
700 é feito para essas 1500 vagas. Então, não são três equipes, pelo primeiro  
701 entendimento. Gostaria de ter um esclarecimento. Com relação aos valores, fizemos  
702 rapidamente a conta e dá R\$ 48.000,00/ano. Então, esses números não estão claros,  
703 não são para cinco mil pessoas e gostaria de um melhor esclarecimento. **O Sr. LUIGI**  
704 **PASSETO NETO (CDS Centro Sul-Sul):** Sou Psiquiatra e também trabalho no IPF, já  
705 tendo atendido no Presídio Central. Tenho a mesma dúvida que o Fernando se é por  
706 presos ou por vagas. Também gostaria de saber por que não estão incluídos os  
707 albergues, tanto masculino quanto feminino. Além disso, acho que é preciso que seja  
708 feita uma correção, não são 513 detentos no Instituto Psiquiátrico Forense, são 513  
709 pacientes. E há outro detalhe: antes discutimos apenas a questão de verbas, quais  
710 são as estratégias que vão ser adotadas, por exemplo, numa hipótese de dependência  
711 química, pois não adianta abrir uma unidade de internação se não houver um  
712 programa. Quais as estratégias que serão utilizadas para esse programa de  
713 dependência química, para não criar só uma porta interna? O dinheiro vai ser gasto e  
714 não há nenhuma ação eficaz com relação à saúde. **O Sr. JOÃO BATISTA (Zona Sul):**  
715 Em julho estivemos no Presídio Central. Eu faço parte de uma comissão de rua e nós

716 constatamos que lá na Bom Jesus, na Brasília, há 40 presos no Presídio. Eu conheço  
717 as mulheres deles e os conheço. E na Zona Sul também aumentou muito a população.  
718 Então, conversando, encontramos uma solução, uma coisa barata para o Município,  
719 isto é, conscientizar aqueles que estão doentes lá dentro – porque entram sãos e saem  
720 doentes. A maior parte está doente, mas entraram sãos. Eles não têm dinheiro para  
721 advogado, não têm nada e ninguém faz nada. Esse jogo eu já conheço, eu ando na  
722 noite, mas não me envolvo com eles. Eu vou prá cima deles. Eu não tenho medo, não  
723 me escondo. E o mesmo acontece com aqueles que estão no Presídio. Eles entram  
724 sãos, saem doentes e acabam por contaminar mãe, pai, todo mundo e aí propaga a  
725 tuberculose. A tuberculose é propagada. Aquele local é muito úmido e eles são muito  
726 mal tratados, são tratados como se bichos fossem, todo mundo amontoado lá. Em  
727 janeiro do ano que vem vamos fazer uma visita para eles; eles erraram e eu digo para  
728 eles que não devem errar, digo que eles estão sendo enganados pelo governo federal,  
729 estadual e municipal. Vocês só vão lá para dentro para por dinheiro no bolso! **A Sra.**  
730 **HELOÍSA ALENCAR (Assessora Técnica do CMS):** O nosso parecer foi bastante  
731 completo, e pela leitura feita talvez não tenham ficado claras quais são as principais  
732 questões. Assim como o plano municipal esse plano está mal organizado, é confuso.  
733 Descreve a política e não diz exatamente o que é que vai acontecer sobre aquele tema  
734 dentro do projeto. Por exemplo, a saúde mental: descreve toda rede de Porto Alegre,  
735 mas não diz o que é que vai acontecer especificamente dentro do presídio, não está  
736 escrito. Então, o plano é genérico e não diz pontualmente o que será feito. O principal  
737 problema do plano são as suas metas. Agora é que fui entender, quando o Diretor do  
738 Hospital Vila Nova falou, que essa equipe é a equipe dele. Eu não tinha entendido  
739 assim. Eu tinha entendido que a Secretaria iria contratar gente para colocar lá, para  
740 completar a equipe que está lá. Então, o plano está mal formulado, está confuso.  
741 Quanto vai custar esse contrato com o Hospital Vila Nova? Em lugar nenhum está  
742 escrito isso. Esse contrato vai custar o recurso que virá. Vai bater “taco a taco”? Se for  
743 assim, está bom. Mas, isso não está escrito no plano, não está claro no plano. A meta  
744 de atendimento de 100%, tem um monte de coisa com 100%, quando sabemos que  
745 não será 100%. Hoje não é 100%. Não tem diagnóstico claro da situação. Então, a  
746 meta em um ano é o diagnóstico, em dois anos é não sei o quê. Em três anos é isso e  
747 aquilo. Isso tem que ser assim, com o “pé o chão”, tem que dizer que a equipe vai dar  
748 conta de tantas consultas, mas isso não aparece em nenhum lugar. Esse é o quadro de  
749 metas, que deveria estar no plano, e não coisas genéricas. O plano é para quantos  
750 anos? Também não está escrito e um plano tem de ter prazo. Isso é básico, é técnica  
751 de planejamento. Para mim agora está claro: o contrato termina em dezembro e tem de  
752 ser feito novo contrato, dizendo que a secretaria vai assumir o contrato do hospital, que  
753 vai manter determinado número de consultas. Mas, por que isso não está escrito, em  
754 duas páginas? Temos cinquenta páginas para ler, confusas e as metas não estão  
755 contidas. Então, a Secretaria está devendo uma nova versão, porque se entendi é isso  
756 que vai acontecer: a Secretaria vai assumir o contrato que o Estado fazia, o Estado vai  
757 passar o dinheiro. E quanto é que vai ser recebido para se fazer o atendimento? São  
758 os cinquenta mais não sei quanto? Se for “taco a taco” para mim está bom, não vai  
759 haver mais gastos do que a Secretaria hoje gasta. Vai haver a coordenação, a  
760 informatização, porque isso é importante para o controle das doenças, o controle de  
761 quem entra e sai, como se falou aqui, vem de Charqueadas para cá, tem de levar o  
762 prontuário junto, tem de levar a informação junto. Essa coordenação a Secretaria terá  
763 de fazer, mas somente agora entendi o que é que vai acontecer. Sinceramente, está  
764 difícil, está confuso o entendimento. **O Senhor MASURQUEDE COIMBRA (Sindicato**  
765 **dos Farmacêuticos):** Não quero fazer aqui o papel de defensor da Secretaria, mas  
766 nos três anos que estou nesse Conselho Municipal de Saúde temos um problema  
767 muito sério quanto à situação de repasses financeiros do Governo do Estado para o  
768 Governo Municipal. Então, não adianta, num primeiro momento, com um bom ou mau  
769 projeto, a Secretaria Municipal assumir e depois ficar pendurada quanto aos recursos  
770 porque o Estado não repassa. Não sei como é que está nesse ano, mas lembro que

771 em setembro do ano passado a Secretaria estava recebendo dinheiro de  
772 medicamentos de 2008. No mínimo com um ano de atraso. Assim fica difícil para a  
773 Secretaria trabalhar em qualquer proposta nova se não tiver o repasse dos recursos.  
774 Também quero esclarecimentos a respeito dos números. **O Sr. MILTON DOS SANTOS**  
775 **(Conselho Gestor do GHC):** Também achei confuso o que foi apresentado, e o que  
776 mais me preocupa é que devemos aprovar hoje. Foi falado que os presos vão para o  
777 Vila Nova, eu quero dizer que todos os dias temos presos, a toda hora, no GHC, no  
778 Hospital Santo Antônio. Todos os dias existem presos lá, com quatro brigadianos. Não  
779 somente no Vila Nova eles vão e não é somente à noite, eles vão todos os dias. E  
780 também não entendi o valores propostos. Colocaram para técnicos em enfermagem: 7  
781 mil. Isso é para um, dois, para quantos? Gostaria de um esclarecimento sobre isso. **O**  
782 **Sr. CARLOS HENRIQUE CASARELLI (Secretário Municipal da Saúde):** Tudo que  
783 for falado aqui está se referindo a ano. São 9 mil por enfermeiro/ano. E não são doze  
784 meses, porque tem o 13.º salário. Quanto às perguntas sobre os repasses do Estado  
785 quero dizer que nesse ano só recebemos repasse do Estado da verba do H1N1 do ano  
786 passado. Fizemos um acordo com o Ministério Público, com o Conselho Municipal, com  
787 o Governo do Estado, que trocou a portaria que nos tira do CADIN. Depois, o Estado  
788 começou a exigir que apresentássemos a comprovação dos relatórios apresentados no  
789 Conselho. Nós comprovamos. Depois, o Estado cobrou mais algumas coisas e a última  
790 cobrança feita pelo Estado é para que apresentássemos a comprovação da  
791 apresentação dos relatórios na Câmara de Vereadores. Ora, não podemos comprovar  
792 algo que não é feito há mais de um ano, ou há mais de dois anos, porque este  
793 Conselho definiu que a apresentação dos relatórios de gestão seria feita nesta plenária,  
794 que é uma plenária pública aberta à Câmara de Vereadores, até porque, pelas  
795 informações que tenho, quando foi apresentado na Câmara nas últimas vezes não  
796 havia Vereador presente. O Estado diz que “não nos interessa, queremos a  
797 comprovação da apresentação na Câmara de Vereadores, ou documento que diga a  
798 data em que será apresentado na Câmara.” Então, hoje, entramos com documento  
799 pedindo data para apresentação na Câmara daquilo que já foi apresentado aqui.  
800 Depois de todos os acordos feitos com o Ministério Público, com o Conselho Municipal  
801 e com a Secretaria Estadual de Saúde, Porto Alegre não recebeu nenhum recurso do  
802 ano de 2010. E o mesmo vai acontecer com relação saúde prisional. Temos diversos  
803 recursos retidos que não nos são repassados, e o mesmo vai acontecer em relação à  
804 saúde prisional. Está no papel o repasse, mas na prática o repasse é zero. Pedem  
805 coisas cada vez mais absurdas, dando a impressão de que não querem fazer o  
806 repasse e estão jogando para o próximo governo. Porque não podemos comprovar  
807 algo que este Conselho Municipal decidiu que não seria feito, que é a apresentação na  
808 Câmara. Passo a palavra para a Dra. Cynthia e depois quero propor um  
809 encaminhamento. **A Senhora CYNTHIA FEYH JAPPUR (Promotoria de Execuções**  
810 **Criminais):** Vou tentar ser mais objetiva. Primeiro, concordo com a colocação feita pelo  
811 Psiquiatra Luigi. Realmente entendo que a preocupação que deve nortear esse  
812 conselho é em relação à saúde como um todo e o seu planejamento. Nesse sentido foi  
813 uma preocupação de todos com relação aos números. A equipe de saúde leva em  
814 consideração quinhentos presos, não vagas, pessoas. Porque existe uma relação  
815 médico/número de pacientes. E isso é até benéfico em termos financeiros. Pela  
816 Organização Mundial de Saúde não é essa mesma relação. É um médico para mil  
817 habitantes, ou mil e poucos. Então, esse é um bom índice e é mais benéfico em termos  
818 financeiros. Então, são presos, detentos, e não vagas. Por que três equipes? Essa foi  
819 uma maneira de se negociar com o município de Porto Alegre. Naquela ocasião era  
820 mais urgente que fosse, pelo menos um equipe no Presídio Central, outra na  
821 penitenciária feminina Madre Peletier e outra no IPF. Isso foi por uma questão de  
822 urgência, para começar. Hoje, não está no plano, parece, contemplada de imediato a  
823 equipe do IPF, até porque depois do início dessa negociação houve um compromisso  
824 de ajustamento em que o Ministério Público cobra todo tempo do Estado. Agora é que  
825 na saúde prisional começou-se a cobrar também do Município. O Ministério Público,

826 pela minha promotoria, não vai permitir que o Município seja espoliado, como foi  
827 colocado aqui, de forma alguma. Por que não os albergues? Porque nos albergues o  
828 preso pode sair livremente e ir ao posto de saúde. A preocupação maior é quanto ao  
829 presidiário que está fechado. Essa é uma política nacional, há um incentivo da União  
830 em que o Estado do Rio Grande do Sul, para incentivar isso - e não é salário, é  
831 subsídio – aumentou o incentivo nesse ano. E há pagamento, sim, para Charqueadas.  
832 Pelo que sei o Estado está pagando, é um compromisso. Para se ter essa equipe  
833 implantada é necessária a aprovação do Plano Operativo. Não estou dizendo que tem  
834 de ser aprovado do jeito que for, goela abaixo. Não é isso. Mas, é necessário que seja  
835 aprovado. Depois disso é necessário que sejam feitas adaptações nos ambulatórios a  
836 cargo do Estado. Hoje, a Secretaria Estadual de Obras esteve na Promotoria  
837 entregando todas as plantas. Está terminando a gestão e o Ministério Público tem  
838 cobrado dia após dia reformas nos ambulatórios do Presídio Central, do IPF, da  
839 Penitenciária Feminina Madre Pelletier, da FASE e tem cobrado isso do estado.  
840 Depois eu falo na dependência química, falando de *kit* de medicamentos e  
841 equipamentos. Esta Portaria, além deste incentivo financeiro, também dá o *kit* de  
842 medicamento. Tem sido entregue trimestralmente o *kit* de medicamentos. Há, também,  
843 como incentivo do estado, os equipamentos. **A Sra. MARIA CRISTINA SOIREFMANN**  
844 **(Chefe da Divisão de Saúde da SUSEPE):** Quando a equipe é efetivada, tem o  
845 incentivo de R\$ 64.800,00 do Ministério anual e R\$ 80.000,00 do Estadual. E, quando  
846 ela fecha a equipe, ela dá mais R\$ 80.000,00 para equipamentos; quando fecha o  
847 contrato. Quando se habilita, ganha mais R\$ 80.000,00 para a compra de  
848 equipamentos. **A Senhora CYNTHIA FEYH JAPPUR (Promotoria de Execuções**  
849 **Criminais):** Está funcionando isso em Charqueadas. Isso já é rotina lá, e o prefeito  
850 quer mais. Vai ter a 4ª lá, e não temos nenhuma aqui. Com relação à dependência  
851 química, ter isso no sistema prisional é uma inovação no Brasil. Concordo também que  
852 não se pode só internar no Vila Nova, é necessário que haja um plano. E, para ter  
853 plano, tem que ter estratégia, tem que ter uma organização. Não adianta botar lá,  
854 passar 21 dias no hospital e depois voltar para o Central na mesma galeria, sabendo-  
855 se que rola droga de tudo que é tipo lá. No ano passado, o Ministério Público já  
856 cobrava do Secretário de Segurança que quer um local que evite drogas com acesso a  
857 uma equipe. Não só no regime fechado, mas também no aberto e quando sair. Por  
858 isso, eu elogio o Município de Porto Alegre que tem participado das reuniões do GT  
859 com relação à dependência química. Inclusive, depois de ter cumprido a pena, ou se  
860 alcançou a liberdade, pode continuar no CAPES AD o tratamento. Então, fecha-se uma  
861 rede. É um plano, o sujeito vai e faz a desintoxicação, se necessária, no Vila Nova; sai  
862 do Vila Nova e vai para o fechado, em vez de ir para um local que realmente não seja  
863 meio de drogas. O Estado apontou a Modular, concluída a ampliação em Charqueadas,  
864 e temos no Miguel Dario também. Então, há um plano. E o município tem que viabilizar.  
865 Acho que falei tudo. Reitero mais uma vez a necessidade da adesão do município. **O**  
866 **Sr. OSCAR PANIZ (Vice-Coordenador do Conselho Municipal de Saúde):**  
867 Conselheiros, vamos encaminhar. Já sabíamos que ia dar polêmica. Quando  
868 acompanhei todo este processo, vi a dificuldade das pessoas da ASSEPLA para  
869 elaborarem isso, Heloísa. É uma coisa nova e há a questão do Vila Nova. Héverson,  
870 não vai haver a equipe de saúde da família. Mas, na verdade, haverá equipes de  
871 saúde. Sobre a questão da imagem do Hospital Vila Nova, particularmente, há três ou  
872 quatro anos, fomos tentar trabalhar ali, ajudando o Vila Nova e sempre lembramos o  
873 lado ruim do Vila Nova. Agora, nas coisas que o Hospital Vila Nova abraça a Cidade  
874 não fala. Estes casos, como aconteceram hoje no Vila Nova, acontecem no Conceição.  
875 E não sei por que não sai na mídia. Temos que ter muito cuidado. Sobre a  
876 apresentação da Cristiane, não estou aqui para defendê-la, mas, para quem a  
877 conhece, acho que ela não estava nervosa. Que ela gagueja, gagueja. Ela mesma  
878 reconhece. **O Sr. HUMBERTO SCORZA (Usuário Glória):** Aquilo que tu disseste bem,  
879 quando o Vila Nova estava apertado, vinha para cá durante muitos e muitos anos.  
880 Agora, ele me diz que há dois anos no governo Yeda, não sei o quê. Por que não

881 participam isso também? No fim, agora está terminando o contrato, vem com uma  
882 coisa totalmente confusa. Acho que não pode ser votado isso hoje, tem que ser  
883 reformulado, escrito diferente. Com todo o respeito e com toda a luta que este  
884 Conselho faz para segurar o Hospital Vila Nova, se merece críticas, também tem  
885 elogios, mas não gostamos de ser usados. É só isso. Então, se a coisa agora está  
886 melhor no governo Yeda, por que ela vai ajeitar tudo agora? Vai dar a bomba para  
887 quem vem depois. Vamos deixar bem clara a posição. Eu gostaria que as pessoas  
888 entendessem mais o que é o Sistema Único de Saúde, porque às vezes é  
889 desconhecido pelas próprias pessoas que são legisladoras. Eu faço uma crítica à  
890 Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara de Vereadores pela grande ausência  
891 em todas as sessões, grande ausência! Aí vem com a bobagem de que tem que ser na  
892 Câmara de Vereadores. Que Câmara de Vereadores, que não foi digna quando o  
893 Conselho foi lá porque apareceu um ou dois vereadores. Então, para mim é tudo uma  
894 demagogia, uma enrolação, uma de tirar a responsabilidade. Acho que não dá para  
895 votar isso hoje, tem que se reformular. A Heloísa colocou bem, se é uma renovação de  
896 contratos com eles, tudo bem, vamos ver como é que isso funciona. **O Sr. CARLOS**  
897 **CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde):** Eu gostaria de fazer o  
898 encaminhamento. Eu proponho que o Estado aditive o contrato com o Hospital Vila  
899 Nova por 30 ou 60 dias e o Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde, juntamente  
900 com a Coordenação de Rede, com a ASSEPLA, reformule este plano e o reapresente.  
901 Caso o Estado recuse, de qualquer forma, fazer isso, que o Município possa fazer um  
902 tipo de contratualização pelo que o Vila Nova já faz, dentro do contrato que temos com  
903 o Vila Nova, em último caso. Mas que se faça, no máximo, isso que já está sendo feito.  
904 O ideal seria que o Estado fizesse o aditivo por 60 dias. Mas por que não pode,  
905 doutora? Então, eu quero saber por que o Estado não me repassa nos honorários os  
906 dois mil para as equipes da família há dois anos. O Estado não paga. Só de coisa  
907 empenhada há 8 milhões. Tenho duas propostas: uma que o Estado aditive; e a  
908 segunda é que, se o Estado, juntamente com o Ministério Público que isso é  
909 legalmente impossível, é que a Secretaria Municipal de Saúde possa fazer um contrato  
910 exatamente nos padrões que estão lá, nos valores que estão lá, no trabalho que é feito  
911 e nós, em 30 dias, apresentamos uma outra proposta. Se o Estado não puder fazer e a  
912 Plenária do Conselho assim deliberar, tenta-se falar com o Estado, com a Secretária.  
913 Se houver o impeditivo legal que o Estado faça, que o Município faça o contrato com o  
914 Vila Nova. Com a prestação dos mesmos serviços, repassa ao Vila Nova estes valores  
915 que o Estado está repassando durante um período de 30 ou 60 dias, período no qual  
916 faremos a reformulação do plano. Realmente constituindo algo que tem que ser  
917 melhorado, na minha opinião. **A Sra. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do**  
918 **Conselho Municipal de Saúde):** Acho que é isso aí mesmo que o Secretário falou.  
919 Quer dizer, não pode haver cessação de atendimento. Há um atendimento que está  
920 sendo feito, não pode haver descontinuidade. Se vai ser o Estado ou o Município, não  
921 se sabe, mas alguém vai ter que assumir o contrato do que está acontecendo. Cada  
922 um tem um espaço de continuidade e a Secretaria tem que ter uma agenda, uma pauta  
923 para apresentar de novo, porque assim não dá. São duas folhinhas de plano de meta.  
924 O objetivo: o primeiro ano é tal coisa, o segundo ano tal coisa e assim por diante.  
925 Número de atendimentos não é percentual de não sei o quê. **A Senhora CHYNTHIA**  
926 **FEYH JAPPUR (Promotoria de Execuções Criminais):** É com isso que fico um  
927 pouco agitada, porque o município participou de todos os processos nas reuniões. O  
928 município está ciente de tudo. Inclusive desta proposta de assumir. Eu não sei por que  
929 há tanta confusão. Também concordo com a senhora, a coisa tem que ser objetiva, não  
930 podemos interromper a continuidade. Eu sei, se não houver a assunção, seja do estado  
931 seja do município, a coisa vai estourar. Porque é verão, é quente, é desesperador. Eu  
932 sugeriria encaminhamento de aprovação do Plano como está e com alguns  
933 esclarecimentos, ante a necessidade. Pode não ser, mas é a minha sugestão. **O**  
934 **Senhor HÉVERSON LUIS VILLAR DA CUNHA (Conselho Distrital de Saúde**  
935 **Restinga):** De um lado eu vejo o Ministério Público preocupado, doutora, com as

936 condições, entendo. Mas, de outro lado, vejo que o Secretário está preocupado porque  
937 vão descarregar nele de novo mais uma carguinha. Também é culpa da prefeitura, não  
938 do atual prefeito ou até do atual que fazia parte do grupo. Não é, porque cansamos de  
939 dizer aqui que tinha que arrochar a Governadora Yeda sobre o repasse do dinheiro.  
940 Estamos cinco, seis anos dizendo aqui, inclusive com denúncias ao Ministério Público  
941 às suas colegas lá e até hoje não sabemos o resultado. Então, é o seguinte, o dinheiro  
942 não veio, não veio e não veio e nós estamos empenhados. Por outro lado, doutora  
943 estou triste, porque vamos fazer uma festinha agora, nesta época do Natal, e a  
944 gurizada vai estar dormindo lá mal. Mas tudo bem dormem mal já faz 10, 15 lá dentro.  
945 O meu encaminhamento é de não aprovar. Voltamos para cá. do dia 23 ao dia 30, com  
946 uma apresentação qualificada. Obrigado. **A Sra. MARIA CRISTINA SORIEFMANN**  
947 **(Chefe da Divisão de Saúde da SUSEPE):** Quem fez o Plano Operativo desta forma  
948 foi a Prefeitura Municipal, embora, em todas as reuniões, tenha sido oferecido o Estado  
949 para subsidiar, ale, de outros planos operativos de outros municípios que implataram  
950 equipe de saúde. Então, mantemos a oferta de auxiliar para que venha para a equipe  
951 algo claro que seja aprovado com o consenso do Conselho. Que as pessoas entendam  
952 para poder aprovar. **O Sr. CARLOS CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde):**  
953 Eu só quero reafirmar que o Plano está como está, vou repetir, disseram que o que  
954 estava no Hospital Vila Nova servia e estava de bom tamanho. Eu não concordo com  
955 isso, acho que não está de bom tamanho. Vou repetir, o Município de Porto Alegre se  
956 propõe a aditivar ou a fazer um aditivo ao contrato que já tem com o Vila Nova. Fazer  
957 com o consentimento desta plenária, com o repasse destes valores para não levar o  
958 Fundo Municipal de Saúde à falência. Fazemos o aditivo por 30, 60 dias. Eu me  
959 comprometo, em torno de 30 dias, a apresentar um outro plano operacional conforme a  
960 Heloísa disse. Porque este eu também acho que não está bom. Penso que deve ser  
961 feito um outro melhor. Dentro desta data, apresentamos um plano que, tenho certeza,  
962 vai ser melhor que este e com mais recurso para o Município de Porto Alegre. Porque,  
963 doutora, só para contextualizar um pouco, a cada equipe que coloco o prejuízo para o  
964 Fundo Municipal de Saúde aumenta. **O Sr. OSCAR PANIZ (Coordenador do**  
965 **Conselho Municipal de Saúde):** Então, pessoal, ficou encaminhado desta forma: em  
966 30 dias, Cristiane, volta para nós a nova proposta do Plano. **O Sr. CARLOS**  
967 **CASARTELLI (Secretário Municipal da Saúde):** Gostaria de que não fosse nas  
968 minhas férias. Vou estar em período de férias de 15 a 31 de janeiro, se na Cidade não  
969 houver dengue. Então, que seja antes de 15 de janeiro ou no início de fevereiro, na  
970 primeira plenária de fevereiro. Por falar em dengue, quero dar uma informação que os  
971 casos de dengue em Porto Alegre estão diminuindo. Dos 19 casos autóctones que  
972 tínhamos, depois de muita briga com o Estado, nós pedimos os exames confirmatórios  
973 e dos seis casos que não eram lá do Jardim Carvalho os seis casos deram negativos.  
974 Então, Porto Alegre diminuiu de 19 para 13 casos. Talvez este número diminua ainda  
975 mais nos próximos dias. (Palmas) **O Sr. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho**  
976 **Municipal de Saúde):** Por gentileza, peço que permaneçam no Plenário por mais uns  
977 10 minutos porque temos Informes importantes. Ficou encaminhado que na primeira  
978 plenária de fevereiro será apresentado o novo Plano Operativo e nesse meio tempo a  
979 Secretaria, Dr. Dalmolim, vai assumir os custos do Hospital. **O Senhor**  
980 **MASURQUEDE DE AZEVEDO COIMBRA (Sindicato dos Farmacêuticos):**  
981 Aproveitando que temos a presença da representante do Ministério Público, gostaria de  
982 solicitar que ela tentasse, junto com seus colegas, pressionar o Estado no sentido de  
983 viabilizar os repasses. **O Sr. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal**  
984 **de Saúde):** Isto está sendo feito, o Secretário acabou de narrar aqui. (Manifestações  
985 em paralelo.) O acerto foi feito lá no Ministério Público. Agradeço sua presença, Dr<sup>a</sup>  
986 Cynthia. O nosso Conselho é assim como a senhora pode ver. As suas colegas, a Dr<sup>a</sup>  
987 Ângela e a Dr<sup>a</sup> Maria Inês nos conhecem, sabem que somos assim. **A Dra. CYNTHIA**  
988 **FEYH JAPPUR (Promotoria das Execuções Criminais):** Também quero agradecer a  
989 paciência de todos. Sei que é diferente vocês estão começando a participar dessa  
990 realidade muito singular. (Várias manifestações da plenária dizendo que não.) Não

991 estou querendo ofendê-los, estou querendo justamente reforçar as palavras ditas. Eu  
992 disse que era uma questão polêmica e que não era muito afeta ao Município. Quero  
993 dar os parabéns pela preocupação de vocês em relação ao Plano, o que acho muito  
994 correto e também ao Município por assumir essa questão do Vila Nova. Eu os  
995 parabenizo e acho muito responsável a decisão. Muito obrigada. **O Sr. OSCAR PANIZ**  
996 **(Coordenador do Conselho Municipal de Saúde):** Vamos colocar em votação o  
997 encaminhamento. A situação está um pouco confusa, hoje, exatamente em função do  
998 tema. Em votação. Os (as) conselheiros (as) que concordam que na primeira plenária  
999 de fevereiro seja feita a apresentação de uma nova proposta do Plano de Saúde  
1000 Prisional e, nesse meio tempo, o Município assuma o ônus financeiro com o Hospital  
1001 Vila Nova, se manifestem levantando o crachá. (Pausa.) **19 votos a favor.**  
1002 **APROVADO por unanimidade o encaminhamento.** Passamos aos Informes. **O Sr.**  
1003 **ALBERTO MOURA TERRES (Conselho Regional de Serviço Social):** Creio que  
1004 todos devem estar acompanhando a discussão que está ocorrendo na Câmara de  
1005 Vereadores em função do projeto enviado pelo Executivo para a criação de um instituto  
1006 municipal de estratégia de saúde da família. Está ocorrendo um debate, há várias  
1007 entidades contrárias à criação do instituto ou da fundação e isso é decisão dos fóruns  
1008 municipais, da Conferência Municipal, da Conferência Estadual, da Conferência  
1009 Nacional e do controle social como um todo. Na última segunda-feira reunimos aqui  
1010 várias entidades para fazer um debate sobre isso e fomos até a Câmara de Vereadores  
1011 entregar dois documentos. Um dos documentos solicita que a Câmara de Vereadores  
1012 chame uma audiência pública para fazer o debate sobre a criação da fundação em  
1013 Porto alegre. Entregamos também ao Presidente da Câmara um documento do  
1014 Conselho Municipal se manifestando em relação a esse projeto. Na quarta-feira fomos  
1015 até a Câmara conversar com os vereadores porque o Ver. João Dib estava solicitando  
1016 o Regime 81 para o projeto, que é o pedido de urgência na votação. Estive lá  
1017 representando o Conselho de Serviço Social, mais o Sindicato Médico e visitamos  
1018 alguns vereadores, entre eles o Ver. João Dib, que está solicitando esse Regime 81  
1019 para aprovar agora no final do ano isso, sem um debate mais amplo com a sociedade e  
1020 dizendo que esse projeto foi construído com as entidades e o Conselho Municipal, o  
1021 que não é verdade. Então é isto que estamos contestando. Hoje a Câmara de  
1022 Vereadores convidou o Prefeito Jairo Jorge para falar e defender as fundações, isto por  
1023 que querem votar o projeto na segunda ou na quarta-feira. Assim, estamos convidando  
1024 as entidades e usuários do Conselho Municipal de Saúde para amanhã, às 14 horas,  
1025 realizarmos uma reunião aqui neste local, ocasião em que estaremos discutindo a  
1026 nossa estratégia para evitar que o projeto seja aprovado de afogadilho, sem uma  
1027 discussão, não só pelo Conselho Municipal, mas das entidades como um todo. Vocês  
1028 devem ter notado que a Prefeitura também está fazendo o enfrentamento, coisa que  
1029 até o próprio Sindicato Médico tem apontado. Hoje já foi noticiado nas rádios e nos  
1030 jornais que a Prefeitura é favorável às fundações. O enfrentamento está acontecendo e  
1031 nós, como controle social, temos que nos manifestar e ter um processo de discussão,  
1032 um processo de debate. Assim, amanhã, a partir das 14 horas estaremos aqui para  
1033 organizar a nossa estratégia para a não criação do instituto municipal. **O Sr. PAULO**  
1034 **GOULART DOS SANTOS (CDS Noroeste):** O assunto é justamente esse. Falei com o  
1035 Conselho Distrital Noroeste e trouxe o resultado de seis meses de consulta e debates,  
1036 com dezenas de reuniões envolvendo todas as instituições preocupadas em melhorar  
1037 as condições de saúde da nossa população. Eu estou meio velho, mas ainda não estou  
1038 caducando, pois eu mesmo discuti isso aqui no Conselho. Isso causou surpresa para  
1039 nós, não sei se para vocês, mas para nós do Conselho Distrital da Noroeste causou  
1040 surpresa. **O Sr. JOSÉ CARLOS VIEIRA (CDS Extremo Sul):** Quero informar que no  
1041 próximo domingo estaremos fazendo a abertura da nossa Praia do Lami. Estou  
1042 preocupado, Secretário, e querendo saber se vamos abrir o atendimento aos sábados,  
1043 domingos e feriados. Gostaria que o senhor comparecesse, junto com o Prefeito, para  
1044 vocês verem a quantidade de pessoas que vão para lá. Se não houver atendimento as  
1045 pessoas vão se dirigir ao PA. Queremos ver se a operação começa e começa também

1046 o atendimento. Inclusive já estamos questionando a Operação Inverno lá para o Lami.

1047 **O Senhor HEVERSON VILAR DA CUNHA (CDS Restinga):** É interessante que a

1048 Coordenação pegue a ata da reunião porque estive lá na Câmara hoje para gravar

1049 mais um grupo de loteamentos irregulares – AEIS -, para resolver esse problema, e vi

1050 toda a manifestação que aconteceu com referência à fundação e ao instituto municipal.

1051 É interessante pegar a ata porque a própria base do governo está contra o projeto.

1052 Sexta-feira passada, foi realizado o II Grito da Deficiência, lá na Restinga, ocasião em

1053 que se reúnem as crianças portadoras de deficiência física e mental. E vimos mais

1054 crianças, mães e pais e colaboradores do que há dois anos. Mais ou menos já

1055 apontamos dentro do Plano Municipal de Saúde, para ver se conseguimos melhorar a

1056 vida daquelas pessoas que não têm assistência. Secretário, quanto ao PSF Castelo,

1057 alguém tem que controlar o pessoal do Cardiologia. Vai tirar funcionários do PSF

1058 Castelo para cobrir outro PSF em virtude das férias que foram dadas aos

1059 trabalhadores. Lá não vai ter enfermeiro, não vai ter técnico, deram férias para os caras

1060 e aí tira os profissionais do único PSF que tem duas equipes para cobrir lá do outro

1061 lado. Oscar em abril e depois em junho encaminhei para a Coordenação do Conselho

1062 um pedido da cópia do contrato e até agora estou sendo desmerecido e preterido. Até

1063 agora não tive o direito de ver o contrato que o Conselho abonou embaixo. Como vou

1064 fiscalizar aquele grupo que presta serviço para a Restinga se não sei o que está

1065 escrito? O pessoal me liga para reclamar isto ou aquilo e digo que vou lá visitar, porque

1066 fiscalizar não posso. **A Sra. SONIA CORADINI (CDS Centro):** Na verdade, me

1067 inscrevi porque fiquei muito preocupada se essa colocação está sendo feita no final de

1068 uma reunião do Plenário, com assunto tão importante como é a questão da mudança e

1069 da infiltração da iniciativa privada no sistema público. Digo isto por que é exatamente o

1070 que está acontecendo neste País e Porto Alegre, para não ser diferente, vai entrar na

1071 onda. Durante três meses fizemos exaustivas discussões, lá na Prefeitura, sobre a

1072 forma como se trabalharia na estratégia de saúde da família. Em nenhum momento foi

1073 deliberada a fundação. O projeto apareceu para nós no final. A discussão foi, pela

1074 grande maioria das entidades, pela não aprovação da fundação e sim de concurso

1075 público para os trabalhadores. Não existe nenhum convencimento de que não se possa

1076 trabalhar dentro do serviço público com melhoria sim, mas sem fundação. Vamos cair

1077 mais uma vez na conversa de defensores da fundação e não de melhorar o sistema

1078 como deveria ser, de ser por contratação, de ser funcionário com concurso público.

1079 Acredito que este assunto ficou prejudicado, as coisas estão acontecendo e este

1080 Plenário tem que se manifestar, de alguma forma, para que possamos fazer uma

1081 discussão. A Prefeitura está fazendo o papel dela, nós como trabalhadores e usuários

1082 do sistema vemos que a população não está sendo esclarecida sobre o que realmente

1083 significa isso. Dizem que vão nos atender, que bom, mas de que forma isso vai

1084 acontecer e o que significa esse tipo de atendimento? É sim a infiltração da iniciativa

1085 privada, de alguma forma, dentro do sistema público. Não podemos deixar de

1086 denunciar isso, independente de quem esteja defendendo isso, se o governo federal ou

1087 o Jairo Jorge está defendendo isso. O Conselho Municipal tem que ter uma posição e é

1088 bem importante que se possa estar fazendo isso num outro momento. Proponho que o

1089 Conselho pense numa extraordinária para que possamos discutir isso novamente. **O**

1090 **Sr. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de Saúde):** Na plenária

1091 ainda não discutimos essa questão. **O Sr. HUMBERTO SCORZA (Usuário):** O que me

1092 preocupa também já foi colocado antes. Também acho que numa plenária, vazia como

1093 está, esse assunto deveria ter sido o primeiro informe, porque o que está se propondo

1094 para o município de Porto Alegre é uma estratégia diferente daquilo que defendemos

1095 dentro do Sistema Único de Saúde. Estamos estribados naquilo que pensamos como é

1096 que se faz saúde pública, naquilo que a lei manda, naquilo que o Sistema Único

1097 preconiza, que diz assim: o gestor tem de ser o Estado. Desde quando a iniciativa

1098 privada fez alguma coisa para não tirar proveito? Houve-se muitas vezes como

1099 resposta: “ao povo isso não interessa, ele quer é ser atendido”. Isso é jogar com a

1100 necessidade das pessoas. Isso é para engodo. Bem sabemos o que significa quando

1101 existe uma hipertrofia da iniciativa privada dentro do Estado. Basta ver-se o que  
1102 acontece – mudando um pouco a área – nas questões de finanças nos Estados  
1103 Unidos, onde em determinado momento está-se pedindo “penico” para o Estado,  
1104 porque as finanças estão muito ruins. Então, vamos cair na realidade. Não me  
1105 interessa que seja Jairo Jorge, para mim pouco importa isso. A mim importam os  
1106 princípios existentes. Sou meio falho de memória, e sou o decano dentro dessa casa –  
1107 e espero ser ainda por algum tempo -, mas não se fez um seminário onde se discutiu  
1108 isso? E esse Conselho não tomou uma posição? É essa posição do Conselho que  
1109 deve ser avaliada. Depois vêm sindicatos bons de conversa e com pouca ação. Me  
1110 desculpa, mas tem muito sindicato que é bom para fazer discurso, mas na hora do  
1111 “pega prá capar”, para ir lá colocar a cara todos tiram o corpo fora”. Em matéria de  
1112 reunião estou curtido, às vezes elas não têm sentido nenhum, a não ser para promoção  
1113 de quem fala na frente dos outros e depois vai cuidar dos seus interesses. Penso que  
1114 esse Conselho tem uma posição e acho que essa posição deveria ser referendada  
1115 nessa reunião, dizendo que a posição do Conselho é essa, contra as fundações. Agora  
1116 vamos organizar o quê? Vamos fazer passeata? Vamos chamar o sindicato “não sei  
1117 das quantas?” O João Batista quase sempre tem razão. **O SR. CARLOS HENRIQUE**  
1118 **CASARELLI (Secretário Municipal da Saúde):** A Operação Verão está  
1119 encaminhada, conversei com o pessoal da rede do SAMU e espero que seja feito  
1120 aquilo que combinamos. A ideia é que nos finais de semana e feriados a UBS Lami  
1121 esteja funcionando, assim como a ambulância do SAMU. Quanto à fundação pública:  
1122 dizer que não houve discussão não é verdadeiro. Não houve discussão onde não  
1123 houve consenso. Nas reuniões que se fizeram havia pessoas favoráveis, pessoas  
1124 contrárias. Não foi trazido para a plenária do Conselho porque o Conselho sempre  
1125 disse que já tinha opinião e que não queria discutir esse assunto. Houve inclusive  
1126 audiência pública no Ministério do Trabalho, discutindo fundações. A fundação que  
1127 Porto Alegre está montando é uma evolução ao relação a tudo que já tivemos. É uma  
1128 fundação pública. Os bens da fundação são públicos. Os servidores serão contratados  
1129 por concurso público. Fizemos reunião de conciliação no Judiciário onde estava o  
1130 Oscar, estava a Heloísa, que, inclusive, concordaram que o gestor municipal poderia  
1131 contratar celetistas, se quisesse - o promotor disse isso, o juiz disse isso -, com ou sem  
1132 fundação. Então, já que o próprio juiz, o próprio promotor disseram que poderíamos  
1133 contratar celetistas, desrespeitando o regime jurídico único que, até então, eu achava  
1134 que estava em discussão, a fundação, então, é uma questão de decisão do gestor, é  
1135 uma questão onde não está em discussão o regime jurídico único. Tenho convicção de  
1136 uma coisa: para se fazer equipe de saúde da família, estratégia de saúde com a Lei  
1137 Orgânica que temos hoje, que diz como o estatutário tem que trabalhar, nós não vamos  
1138 conseguir fazer estratégia de saúde da família. Para fazer estratégia de saúde da  
1139 família como determina o Ministério da Saúde, tem que mudar a Lei Orgânica do  
1140 Município, que não é tão fácil de se modificar. Acho que não mudamos em três, nem  
1141 em quatro, nem em cinco anos. Com uma Lei Orgânica como a que existe hoje tenho  
1142 certeza que, trazendo para o regime estatutário aquilo que hoje está em fundações que  
1143 não são do município, a fundação que estamos montando é uma fundação pública,  
1144 onde o presidente da fundação é o Secretário Municipal de Saúde, onde os servidores  
1145 são contratados por concurso público. Se não for dessa forma, se for pelo regime  
1146 estatutário, não tenho dúvida de que baixamos das 107 equipes que temos hoje para  
1147 algo em torno de 50 ou 60. **O Sr. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho**  
1148 **Municipal de Saúde):** Esse tema a gente pretende voltar a discuti-lo, apesar de estar  
1149 sendo encaminhado na Câmara. Nada mais havendo a tratar declaro encerrados os  
1150 trabalhos. (Às 21h30min.)

1151

1152 MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA  
1153 Coordenadora do CMS/POA

OSCAR RISSIERI PANIZ  
Vice Coordenador do CMS/POA

1154

Ata aprovada na reunião Plenário do dia 20/01/2011.